



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO DE MINISTROS**

PLANO ANUAL DE CONTINGÊNCIA 2022-2023

Novembro de 2022

Aprovado na 40ª Sessão do Conselho de Ministros, de 22 de Novembro de 2022

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1. INTRODUÇÃO	10
2. BALANÇO DA ÉPOCA CHUVOSA 2021-2022 EM MOÇAMBIQUE	11
2.1 BALANÇO DA SITUAÇÃO METEOROLÓGICA NA ÉPOCA 2021-2022	11
2.2. AVALIAÇÃO DO QUADRO HIDROLÓGICO 2021-2022.....	11
2.3. AVALIAÇÃO GERAL DA CAMPANHA AGRÍCOLA 2021/22	12
2.4. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DURANTE A ÉPOCA 2021/2022	12
2.5. IMPACTO DOS EVENTOS EXTREMOS REGISTRADOS NA ÉPOCA CHUVOSA E CICLÓNICA 2021-2022	13
3. PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL 2022/2023 E INTERPRETAÇÃO PARA HIDROLOGIA, AGRICULTURA E SAÚDE	14
3.1. PREVISÃO DA PRECIPITAÇÃO PARA O PERÍODO DE OUTUBRO 2022 À MARÇO DE 2023	14
3.1.1. <i>Antevisão Climática para Temperatura Máxima em Moçambique</i>	14
3.2. PREVISÃO HIDROLÓGICA 2022/2023	16
3.2.1. <i>Risco de Inundações Urbanas- OND-2022 &JFM-2023</i>	17
3.3. INTERPRETAÇÃO DA PREVISÃO DA ÉPOCA CHUVOSA 2022-2023 PARA AGRICULTURA	18
3.4. INTERPRETAÇÃO DA PREVISÃO DA ÉPOCA CHUVOSA 2022/2023 NA SAÚDE.....	19
4. ANÁLISE DO RISCO DE DESASTRES	21
4.1 PRINCIPAIS RISCOS E AMEAÇAS	21
4.2 FACTORES DE VULNERABILIDADE	22
4.3 FACTORES DE CONTENÇÃO	23
4.4. CENÁRIOS.....	24
4.5. CENÁRIO I	24
4.4.1. <i>Cenário II</i>	25
4.4.2. <i>Cenário III</i>	26
4.4.3. <i>Situação Prevalente dos Deslocados Internos em Moçambique</i>	27
4.4.4. <i>Provável Impacto no Sector da Educação</i>	27
4.4.5. <i>Provável Impacto no Sector da Agricultura</i>	28
4.5. PROVÁVEL IMPACTO NO SECTOR DE ESTRADAS	28
4.5.2. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Tete.</i>	29
4.5.3. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Nampula.</i>	29
4.5.4. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Zambezia.</i>	30
4.5.5. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Manica.</i>	30
4.5.6. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Sofala.</i>	30
4.5.7. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Inhambane.</i>	31
4.5.8. <i>Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Maputo.</i>	31
5. ACÇÕES SECTORIAIS A REALIZAR NAS FASES DE PRONTIDÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO	32
5.1. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA RESPOSTA À EMERGÊNCIA	33
6. BENS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS	57
6.1. OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO.....	57
6.2. ASSISTÊNCIA ALIMENTAR	57
6.3. ABRIGO	58
6.4. ÁGUA E SANEAMENTO.....	59
6.5. ÚTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	60
6.6. EDUCAÇÃO	61
6.7. APOIO PSICO-SOCIAL	62
6.8. AGRICULTURA.....	62
6.9. MATERIAIS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS NO SECTOR DA SAÚDE	63

6.10. RECURSOS HUMANOS	63
7. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS	65
7.1 ORÇAMENTO POR CENÁRIOS	65
7.2 ORÇAMENTO DO CENÁRIO II POR PRINCIPAIS ACÇÕES A COBRIR	66
7.2. ORÇAMENTO DISPONÍVEL PARA O PLANO DE CONTINGÊNCIA 2021-2022	66
7.4. ANÁLISE DO ORÇAMENTO ADOPTADO	67
8. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, REVISÃO E MONITORIA	67
8.1. CONSELHO COORDENADOR DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES (CCGRD)	67
8.2. CONSELHO TÉCNICO DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES (CTGRD)	67
8.3. CENTRO NACIONAL OPERATIVO DE EMERGÊNCIA (CENOE)	68
8.4. SECTORES DO CENOE: PAPEIS E RESPONSABILIDADES	68
8.5. COMPLEMENTARIDADE DAS ACÇÕES DA EQUIPE HUMANITÁRIA NACIONAL (HCT)	68
ANEXO 4. LISTA DE CONTACTOS	74
GLOSSÁRIO	89

Lista de Figuras

Figura 1: Antevisão da precipitação para o período OND 2022.....	14
Figura 2: Antevisão da precipitação para o período JFM - 2023.....	14
Figura 3: Antevisão da Temperatura para o período OND 2022.....	15
Figura 4: Antevisão da Temperatura para o período JFM-2023.....	15
Figura 5: Previsão Hidrológica para OND2022.....	16
Figura 6: Previsão Hidrológica para JFM2023	16
Figura 7: Previsão de ISNH - OND – 2022	19
Figura 8: Previsão de ISNH- JFM – 2023	19
Figura 9: Interpretação para a saúde - Malária - OND 2022	20
Figura 10: Interpretação para a saúde - Malária - JFM 2023.....	20
Figura 11: Interpretação para a saúde - diarreia - OND 2022.....	21
Figura 12: Interpretação para a saúde - diarreia - JFM 2023.....	21
Figura 13: Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária	70

Lista de tabelas

Tabela 1: Cidades e Vilas vulneráveis a inundações por região	17
Tabela 2: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário I.....	25
Tabela 3: Cenário II - População em Risco	26
Tabela 4: Cenário III – População em Risco	26
Tabela 5: Deslocados internos devido aos ataques armados.....	27
Tabela 6: Provável impacto no sector da Educação.....	27
Tabela 7: Áreas e Produtores em Risco campanha agrícola 2022 – 2023	28
Tabela 8: Operações de Busca e Salvamento.....	57
Tabela 9: Assistência alimentar	58
Tabela 10: Aquisicoes em curso	58
Tabela 11: Tabela de abrigo.....	59
Tabela 12: Aquisicoes em pipeline	59
Tabela 13: Agua e saneamento	60
Tabela 14: Aquisições em pipeline de água e saneamento	60
Tabela 15: Utensílios domésticos	61
Tabela 16: tabela resumo de bens de protecção e dignidade	61
Tabela 17: Sector de Educação	61
Tabela 18: Apoio Psico social.....	62
Tabela 19: Agricultura	62
Tabela 20: Aquisicao em pipeline de insumos agricolas	63
Tabela 22: Recursos Humanos disponíveis em caso de emergência	64
Tabela 23: Resumo do Orçamento Global por Cenários	65
Tabela 24: Disponibilidade para a cobertura das necessidades do PC 2022 (10 ³ MZN).....	66
Tabela 25: Orçamento adoptado para o PC, disponível e Défice	67

ACRÓNIMOS

ANPS - Avaliação de Necessidade Pós-calamidades

ANE – Administração Nacional de Estradas

ARA – Administrações Regionais de Águas

CCGD - Conselho Coordenador de Gestão e Redução do Risco de Desastres

CVM - Cruz Vermelha de Moçambique

CLGRD - Comités Locais de Gestão do Risco de Desastres

CTPGD - Conselho Técnico Provincial de Gestão e Redução do Risco de Desastres

CTGD - Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres

CENOE - Centro Nacional Operativo de Emergência

COEs – Centros Operativos de Emergência

CA - Centro de Acomodação

CEGC - Comités Escolares de Gestão de Calamidades

DPEC – Direcção Provincial de Educação e Cultura

DAG - Desnutrição Aguda Grave

DAM - Desnutrição Aguda Moderada

DNGRH - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

DNSA – Direcção Nacional dos Serviços Agrários

DPGCAS - Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social

DRN - Direcção Regional Norte

DRC – Direcção Regional Centro

DRS – Direcção Regional Sul

ENSO - El Niño Oscilação Sul

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

FORCOM - Fórum das Rádios Comunitárias

GABINFO - Gabinete de Informação

DICORD – Divisão de Coordenação do Reassentamento

GRD - Gestão do Risco de Desastres

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa

HCT - Equipa Humanitária Nacional

HCTWG – Grupo de Trabalho da Equipa Humanitária Nacional

INAM – Instituto Nacional de Meteorologia

ICS - Instituto de Comunicação Social

INGD – Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres

JFM – Janeiro-Fevereiro-Março

MIC – Ministério da Indústria e Comércio

MTC – Ministério dos Transportes e Comunicações

MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MTA – Ministério da Terra e Ambiente

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MISAU – Ministério da Saúde

MINEDH- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano

MINT - Ministério do Interior

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social

OFDA – Gabinete para Assistência de Desastres no Exterior dos EUA

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OND – Outubro-Novembro-Dezembro

OMS – Organização Mundial da Saúde

PRM – Polícia da República de Moçambique

PQG - Programa Quinquenal do Governo

PC - Plano de Contingência

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMA – Programa Mundial de Alimentação

SARCOF - Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática

SAC - Sistema de Aviso de Cheias

SSTs - Temperaturas da Superfície do Mar (*sigla em inglesa*)

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar

SDSMAS -Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

SMS - Serviço de Mensagens Curtas

UNAPROC - Unidade Nacional de Protecção Civil

UNHABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VBG - Violência Baseada no Género

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique é devido à sua localização geográfica e vulnerabilidade social está exposto a vários riscos¹. A elevada frequência, alternância e intensidade de eventos extremos tem causado a interrupção do funcionamento normal da sociedade retardando os esforços nacionais para desenvolvimento socioeconómico sustentável.

O nosso País participou no 26º Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF), realizado em Agosto de 2022, onde foram divulgadas as previsões climáticas sazonais para a época 2022-2023 na SADC.

Ao abrigo do disposto no Artigo 31 da Lei nº10/2020 (Lei que estabelece o regime jurídico de Redução do Risco de Desastres), é elaborado o actual Plano Nacional de Contingência para responder aos riscos de desastres e mitigação dos seus impactos bem como assegurar, de forma coordenada, a assistência humanitária a eventuais vítimas e recuperação rápida, eficaz e eficiente a todos os níveis. A elaboração deste Plano de Contingência considerou como pressupostos, as previsões climáticas sazonais e sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde, para além de análise do comportamento da época chuvosa anterior, os factores de vulnerabilidade e a capacidade de contenção dos possíveis impactos.

Nos períodos OND 2022 e JFM 2023, prevê-se a ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal nas zonas sul e centro do país. Prevê-se ainda, temperaturas mais quentes que o normal na zona norte do país, no período OND 2022 e nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, no período JFM 2023.

Em termos hidrológicos, para o período OND 2022 espera-se risco moderado a alto de ocorrência de cheias na bacia do Savane. Para o período JFM 2023 prevê-se risco moderado a alto de cheias nas bacias do Búzi, Púnguè, Megaruma, Montepuez e Messalo e, risco alto de ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas do Savane, Namacurra, Licungo e Raraga.

Para a Agricultura, perspectiva-se uma campanha agrícola boa, sobretudo nas zonas centro e norte considerando os níveis de satisfação hídrica das culturas durante os dois períodos (OND 2022 e JFM 2023). Necessidade de monitoria permanente para a região sul, onde o índice de satisfação hídrica é baixo à moderado.

Para a Saúde, perspectiva-se alto risco de ocorrência de casos de malária nas zonas centro e norte do país no período OND 2022. E para o período JFM 2023, províncias de Maputo, Tete, Zambézia e Nampula. Relativamente às doenças diarreicas, prevê-se alto risco da sua ocorrência nas províncias da Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa, nos períodos OND 2022 e JFM 2023.

Para as estradas e pontes, prevê-se ocorrência de danos e possíveis cortes, sobretudo nas estradas não revestidas, devido à influência do escoamento das bacias de Maputo, Umbeluzi-Movene, Incomáti, Mutamba, Inhanombe, Búzi, Púnguè e Licungo, nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane,

¹ A Lei n.º 10/2020 (Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres), de 24 de Agosto, no seu Artigo 12, considera Riscos ou Ameaças os seguintes fenómenos: Cheias, inundações, seca, ciclones, incêndios, queimadas, epidemias e pandemias, erosão, aluimentos de terras, derrames de hidrocarbonetos, terramotos ou maremotos e radiações nucleares, entre outros.

Sofala e Zambézia, durante o período OND 2022. período JFM 2023, espera-se que seja mais severo em termos de ocorrência de danos e possíveis cortes ao longo de quase todo o país.

A análise dos riscos a que o País está exposto, foi baseada análise das principais ameaças, dos elementos de vulnerabilidades e da capacidades do País conter o risco. Assim, foram desenhados cenários de população em risco nos seguintes termos:

Cenário I – Um total de **1,172,297** pessoas em risco de serem afectadas por ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas.

Cenário II – Fenómenos do Cenário I (ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas) adicionados a ocorrência de cheias de magnitude alta e ciclones, elevando para **2,249,410**, o número de pessoas em risco.

Cenário III - Combinação do Cenário II acrescido a ocorrência de sismos, totalizando **2,289,616** o número de pessoas em risco.

Com base nas análises técnicas feitas, associadas as experiências dos anos anteriores, chegou-se a conclusão de que o **Cenário II** é o mais provável de ocorrer no País sem, contudo, descartar a possibilidade de ocorrência do cenário extremo. Outros aspectos a ter em conta, na época 2021-2022 são (i) a situação da insegurança alimentar e nutricional que afecta cerca **de 511 mil pessoas** que necessitam de assistência imediata em bens alimentares, e a (ii) situação dos insurgentes e ataques armados em Cabo Delgado que geraram de cerca de **1.122.440 deslocados de guerra**

O Orçamento Global projectado para responder aos eventos previstos no **Cenário II**, incluindo a Monitoria, Logística, Manuseamento e Transporte de bens para Assistência Humanitária é de cerca **12.5 mil milhões** de meticais.

A sistematização de todos os esforços do Governo e parceiros de cooperação, monetária e em espécie., está avaliada em cerca de **5.1 mil milhões** de meticais. Assim, o Défice do presente Plano Anual de Contingência é de cerca de cerca de **7.4 mil milhões** de meticais.

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Contingência é o documento oficial do Governo de Moçambique que orienta as actividades multissetoriais de prontidão, resposta e rápida recuperação pós-desastres em Moçambique. Este documento é elaborado anualmente pelo Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGRRD)², com o envolvimento da Equipa Humanitária Nacional (HCT)³. Os pressupostos para a elaboração do Plano de Contingência são: o balanço da época chuvosa anterior, a previsão climática sazonal⁴ e a sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde, os dados sísmológicos, os impactos da acção humana e outras informações e a probabilidade de ocorrência de emergências complexas.

O Plano de Contingência para a época 2022-2023 tem como orientar as actividades multissetoriais de prontidão, resposta e rápida recuperação pós-desastres. Neste sentido, este Plano Anual de Contingência destaca os seguintes aspectos:

- a. Principais riscos ou ameaças capazes de causar uma emergência;
- b. População em risco;
- c. Actividades sectoriais de prontidão, resposta e recuperação pós-desastres;
- d. Recursos materiais e financeiros necessários e disponíveis, incluindo os geridos pela Equipa Humanitária Nacional.

O Plano de Contingência é elaborado com base em dados colhidos e sistematizados a nível local que depois são globalizados a nível central, através do Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres. O documento é seguidamente validado pelo Conselho Coordenador de Gestão e Redução do Risco de Desastres e posteriormente aprovado pelo Conselho de Ministros

² Integram o CTGRRD sectores ou instituições do Governo ligadas a prevenção, gestão e redução do risco de desastres

³ A HCT é constituída pelas Agências do Sistema das Nações Unidas e Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área de redução do Risco de Desastres.

⁴ A previsão Climática Sazonal é feita anualmente em Agosto pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) e mostra a provável distribuição espacial da quantidade e queda de chuvas na SADC entre os meses de Outubro e Março.

2. BALANÇO DA ÉPOCA CHUVOSA 2021-2022 EM MOÇAMBIQUE

2.1 Balanço da Situação Meteorológica na época 2021-2022

A época chuvosa e ciclónica 2021-2022 foi marcada, de forma distinta, pela ocorrência de múltiplos riscos ou ameaças, entre eles chuvas intensas, cheias, inundações urbanas e periurbanas, ventos fortes, descargas atmosféricas e uma intensa actividade ciclónica, que tiveram um impacto significativo sobre o tecido humano, infraestrutural e económico.

As chuvas intensas, registadas no último trimestre de 2021, causaram cheias de baixa magnitude na região Sul do país. Paradoxalmente, os distritos áridos e semi-áridos das províncias da zona Sul e Centro do país, registaram uma precipitação fraca e irregular, causando algumas situações de estiagem.

Na época chuvosa em referência, formaram-se 12 (doze) sistemas tropicais na bacia do sudoeste do Oceano Índico, dos quais 4 (quatro), ANA, DUMAKO, GOMBE e JASMINE, atingiram o canal de Moçambique país, originando chuvas fortes que provocaram inundações urbanas e transbordo dos rios Púnguè, Licungo, Zambeze (sub-bacia de Licuar) na zona Centro, e Meluli e Lúrio a nível da zona Norte do País.

2.2. Avaliação do Quadro Hidrológico 2021-2022

As previsões climáticas para o período de **Outubro, Novembro e Dezembro** do ano 2021 indicavam a ocorrência de *cheias de Risco Baixo* nas bacias hidrográficas dos rios Inharrime, Govuro, Save, Púnguè, Namacurra, Licungo, Ligonha, Meluli, Monapo, Lúrio, Mecuburi, Lugenda, Megaruma, Montepuez, Messalo e Bacias Costeiras das Províncias de Nampula e Cabo Delgado. *Risco Moderado* de ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas dos rios Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Inhanombe, Mutamba, Búzi, Zambeze e Savane.

No período JFM 2022 indicava para: (i) risco baixo de ocorrência de cheias nas bacias do Govuro, Melela, Molócue, Ligonha, Meluli, Monapo, Mecuburi, Rovuma (Sub-bacia do Lugenda), Bacias Costeiras das Províncias de Cabo Delgado e Nampula; (ii) risco Moderado nas bacias do Futi, Inharrime, Inhanombe, Mutamba, Save, Zambeze, Namacurra, Megaruma, Montepuez, e Messalo; e (iii) risco Moderado a alto nas bacias do Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Búzi, Púnguè, Savane e Licungo.

Como consequência do registo de chuvas acima do normal no período JFM 2022 nas regiões centro e norte, as bacias de Búzi, Pungoe, Zambeze, Mecuburi e Messalo registaram cheias de magnitude moderada a alta, enquanto que as bacias de Savane, Zambeze na sub-bacia de revubue e licuari, Licungo, Namacurra, Ligonha, Meluli e bacias costeiras de Nampula registaram cheias de magnitude alta.

No mesmo período, registaram-se ainda **inundações urbanas** nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane e Pemba. Por outro lado, registou-se erosão devido a chuvas nas cidades de Nacala Porto, Pemba e Ilha de Moçambique.

2.3. Avaliação Geral da Campanha Agrícola 2021/22

Relativamente a Campanha Agrícola 2021/2022, as chuvas excessivas, o aumento devido as chuvas excessivas, o aumento dos caudais dos principais rios, passagem de tempestade e ciclone, foram afetados 81 Distritos nas províncias de: Nampula (20), Zambézia (14), Tete (15), Sofala (10), Manica (8), Maputo (8) e Gaza (6). Um total de **184.000 hectares** de culturas diversas diversas ficaram afectadas e cerca de 36.000 hectares foram consideradas perdidas, afectando cerca de **117.000 produtores**.

Por outro lado, devido a irregularidade e períodos longos de ausência de chuvas, os distritos semi-áridos das províncias da região Sul e Centro ficaram afectados pela estiagem. O destaque vai para as províncias de Gaza e Inhambane, onde a distribuição espaço – temporal foi irregular nos meses de Janeiro e Fevereiro, na fase vegetativa das plantas.

Os dados preliminares, apontam para cerca de **60.000 hectares** de culturas diversas afectadas, com destaque para milho, feijão nhemba e amendoim consideradas perdidos. Os distritos mais afectados em Gaza foram: Chigubo, Guijá, Chicualacula e Massangena. Em Inhambane foram afectados os distritos de Govuro, Vilankulo, Inhasoro, Funhalouro, Mabote, Homoíne, Panda e Zavala.

No subsector da pecuária, ficaram afectados cerca de **53.467** animais e morreram **168.428** bovinos, **733.038** pequenos ruminantes, **434.329** suínos e **3.044.773** aves. Ficaram igualmente danificados **527** Infra estruturas pecuarias entre currais, corredores de tratamento, capoeiras e aviários.

2.4. Situação Epidemiológica durante a época 2021/2022

No trimestre **Outubro, Novembro e Dezembro de 2021** foi registada a ocorrência de casos de diarreias, caso de malária e cólera. No total foram registados **123.327** casos de diarreias e **29** óbitos (Taxa de letalidade=0,02%). Quanto a malária foram registados **1.395.209** casos e **149** óbitos (taxa de letalidade=0,01%).

O segundo trimestre **Janeiro, Fevereiro e Março de 2022**, foram registados um total de 162.694 casos de diarreia e **30** óbitos (taxa de letalidade de 0,02%) e um total de **2.318.661** casos de malária e **144** óbitos (taxa de letalidade de 0.006 %).

Relativamente a cólera, o país registou no trimestre **Outubro, Novembro e Dezembro de 2021**, um total de **24** casos sem Óbitos. No período de **Janeiro, Fevereiro e Março/2022**, registou-se um total

de **4.362** casos e **17** foram óbitos com uma taxa de letalidade de 0.4%, nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Sofala e Tete.

2.5. Impacto dos eventos extremos registados na época chuvosa e ciclónica 2021-2022

As chuvas, ventos fortes e descargas atmosféricas registadas na época chuvosa e ciclónica 2021-2022 provocaram **142 óbitos** a lamentar e afectaram **1.092.998** pessoas. Ficaram destruídas **95.052** casas, **1136** fontes de água, **27** sistemas de abastecimento de água, **8.785** km de estrada, **23** pontes, **14** aquedutos, **3** passagens molhadas, **8** pontões, **1,784** postos de energia de baixa tensão, **1,394** de média tensão, **34** Postos de Transformação, **90.5** km de linhas de baixa tensão, **189,6** km de média tensão, **2.138** escolas, **5.446** salas de aula, afectando **611.557** alunos e **11.594** professores

2.6. Nível de Resposta na época 2021-2022

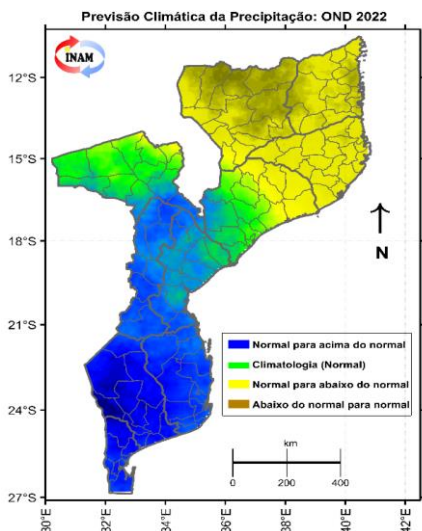
No período em referência, foram distribuídos **1.100** toneladas de bens alimentares e não alimentares para cerca de **286.639 mil pessoas**, correspondentes a **57.327** famílias afectados pelas intempéries e deslocados internos.

Note-se que o Plano de Contingência previa, no cenário II, um orçamento de cerca de **10 mil milhões** de meticais, e as contribuições do Governo e parceiros (monetárias e em espécie) cobriram cerca de **2.2 Mil Milhões** de meticais, havendo um défice de cerca de **7.7 Mil Milhões de Meticais**.

3. PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL 2022/2023 E INTERPRETAÇÃO PARA HIDROLOGIA, AGRICULTURA E SAÚDE

3.1. Previsão da Precipitação para o Período de Outubro 2022 à Março de 2023

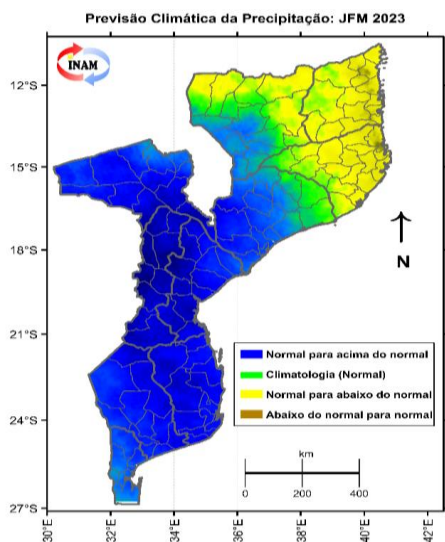
Para o trimestre Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2022, o INAM prevê a ocorrência de:



- i. **Chuvas normais com tendência para acima do normal:** para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala e os distritos a sueste da província de Tete e os distritos do sudoeste a sul da província da Zambézia;
- ii. **Chuvas normais:** para grande extensão da província de Tete, os distritos no sul a centro-nordeste da província da Zambézia;
- iii. **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal:** nos distritos a norte da província da Zambézia, toda extensão das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

Figura 1: Antevisão da precipitação para o período OND 2022

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março de 2023 (JFM) prevê-se:



- i. **Chuvas normais com tendência para acima do normal:** para toda a extensão das províncias de Maputo, Gaza, Manica, Sofala e Tete, grande extensão da província da Zambézia e os distritos do sul a sudoeste da província de Niassa;
- ii. **Chuvas normais:** para os distritos a norte da província da Zambézia, distritos a oeste da província de Nampula e alguns distritos na parte central da província de Niassa;
- iii. **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal:** para a província de Cabo Delgado, grande extensão da província de Nampula e alguns distritos a norte e nordeste da província de Niassa.

Figura 2: Antevisão da precipitação para o período JFM - 2023

3.1.1. Antevisão Climática para Temperatura Máxima em Moçambique

Para o período Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2022, há uma maior probabilidade de ocorrência de:

i. Temperatura normal com tendência para a abaixo da normal: para toda a extensão das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, os distritos a sul das províncias de Manica e Sofala;

ii. Temperatura normal: para toda a extensão da província de Tete, os distritos na parte central a norte das províncias de Manica e Sofala, grande extensão da província da Zambézia, os distritos no extremo sudoeste da província de Niassa e sul de Nampula;

iii. Temperatura normal com tendência para acima do normal: em toda extensão da província de Cabo Delgado e Nampula e grande extensão da província de Niassa.

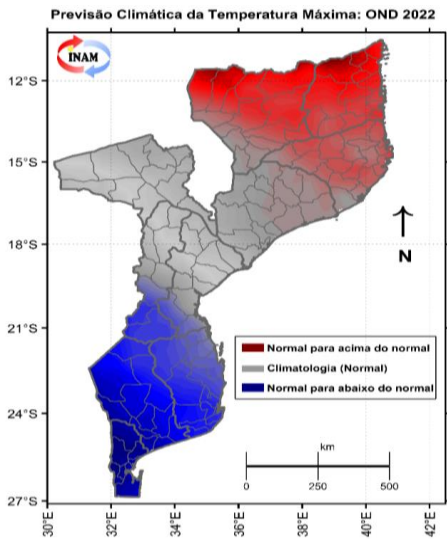


Figura 3: Antevisão da Temperatura para o período OND 2022

Para o período **Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) de 2023** há **uma maior probabilidade de ocorrência de:**

i. Temperatura normal com tendência para abaixo do normal: para toda a extensão das províncias de Manica, Sofala e Tete, os distritos no sudoeste da província da Zambézia, noroeste da província de Niassa, norte das províncias de Gaza e Inhambane;

ii. Temperatura normal: para toda extensão da província de Maputo, grande extensão das províncias de Gaza, Inhambane, Zambézia e Niassa, os distritos a oeste das províncias de Nampula e Cabo Delgado;

iii. Temperatura normal com tendência para acima do normal: para grande extensão da província de Nampula e metade leste da província de Cabo Delgado.

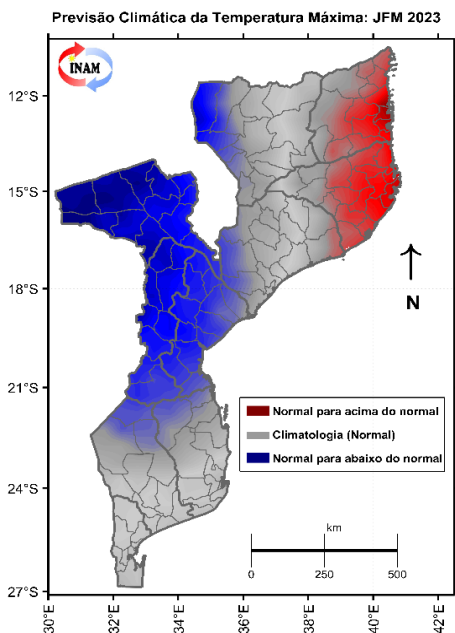


Figura 4: Antevisão da Temperatura para o período JFM-2023.

3.2. Previsão Hidrológica 2022/2023

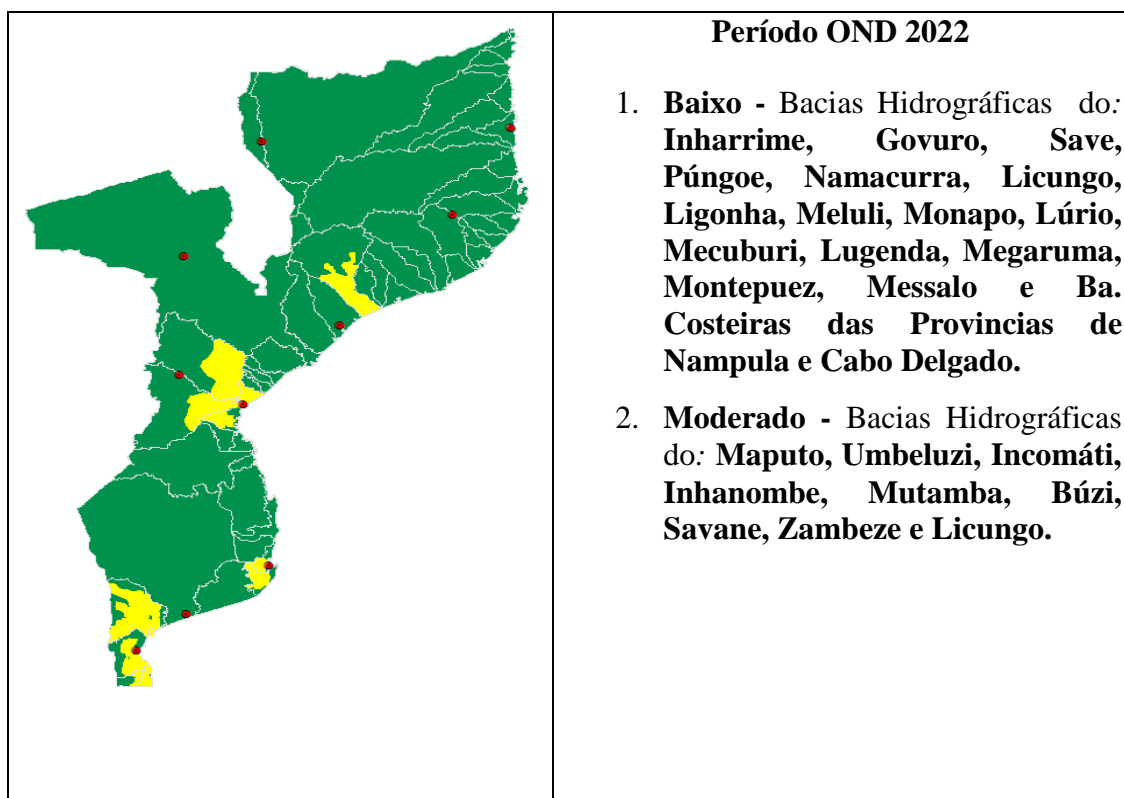


Figura 5: Previsão Hidrológica para OND2022

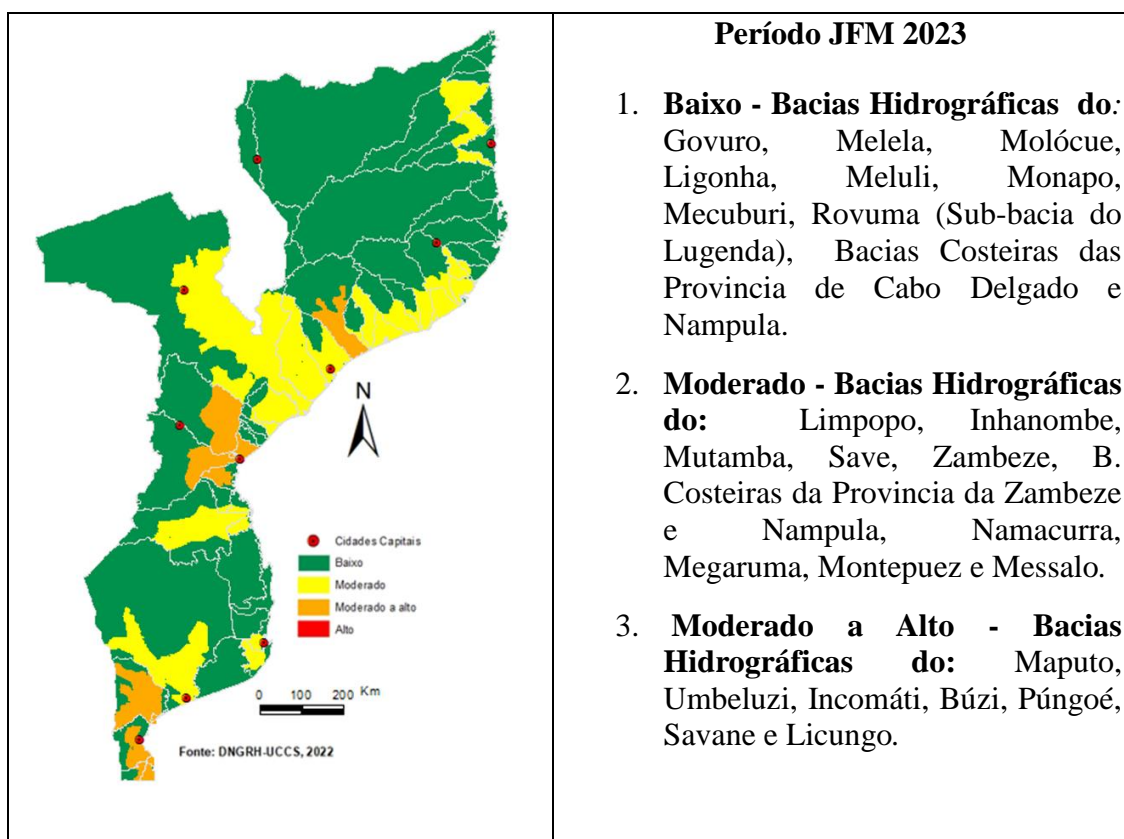


Figura 6: Previsão Hidrológica para JFM2023

PROGNÓSTICO HIDROLÓGICO JFM 2023- AJUSTADA A ACTIVIDADE CICLÓNICA

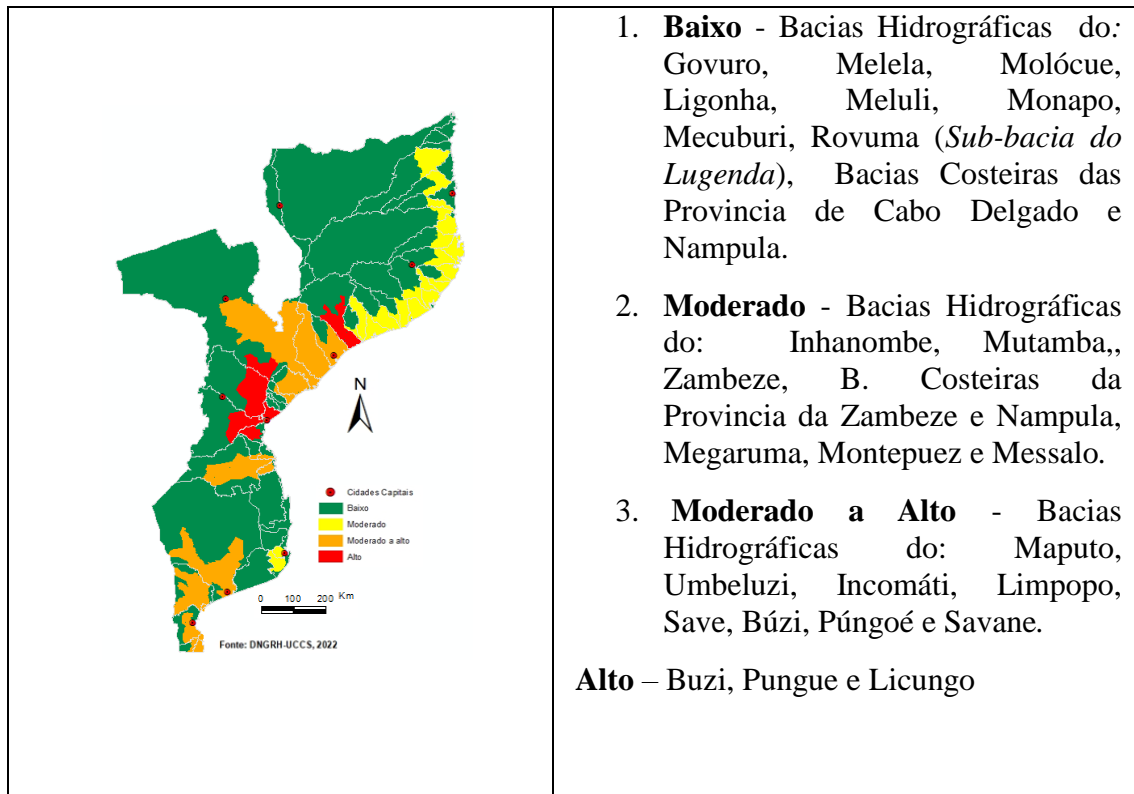


Figura 7: Prognóstico hidrológico JFM 2023- ajustada a actividade ciclónica

3.2.1. Risco de Inundações Urbanas- OND-2022 &JFM-2023

As inundações constituem uma ameaça para as cidades moçambicanas, particularmente as densamente habitadas, e onde os sistemas de drenagem funcionam com alguma deficiência. Algumas Cidades e Vilas susceptíveis de serem afectadas pelas inundações urbanas estão alistadas na **tabela 1**.

Tabela 1: Cidades e Vilas vulneráveis a inundações por região

REGIÕES	SUL	CENTRO	NORTE
Vilas e Cidades Vulneráveis a inundações	Xai-Xai	Zumbo	
	Chókwé	Mutarara	
	Xinavane	Beira	
	Ilha Josina Machel	Quelimane	Nacala Porto
	Maputo Cidade	Dondo	Cuamba
	Cidade de Inhambane	Búzi	Lichinga
	Nova Mambone	Marromeu	
		Caia	
		Machanga	
		Mopeia	
	Morrumbala		
	Maganja da Costa		

Para o controlo e gestão de inundações urbanas, para o ano 2022-2023 foram elaborados mapas de risco de inundação para as cidades de Maputo, Matola e Beira, tendo em conta o grau de vulnerabilidade e os seguintes pressupostos: (i) Interpretação quantitativa das previsões do SARCOF e do INAM, (ii) Topografia do terreno e (iii) Existência de infraestruturas de drenagem, (iv) Simulação de actividade ciclónica.

Assim, no ano hidrológico 2022-2023 prevê-se a ocorrência de inundações urbanas de **Risco Alto**, nos Bairros a baixo indicados:

Cidade	Bairros
Maputo Cidade	Costa do Sol, Muntanhane, Polana Caniço A e B, Central C, parte de Malanga, Chamanculo B e C, Luís Cabral, Micajuine, Magoanine Mafalala, Urbanização, Xipamanine, parte de Jorge Dimetrov.
Matola	Alto – Trevo, Matola, AC,D e F, Fomento, parte de Tsalala, Vale de Infulene, Machava A e Liberdade, Mussumbuluco, parte de Km15, Nkobe, Parte de Malhampsene.
Pemba	Chuiba, Eduardo Mondlane, Natite, Ingonane, Paquetequete e Sul e Norte de Carioca
Quelimane	Aeroporto, Santágua, Cança, Samugue, Manhaua, Brandão, Mincajuine, Vila Pita
Beira	Induda, Manga Mascarrenha, Vaz, Munhava, Macurrungo, Chipangara, Chaimite, Maraza, Nhangau e Tchondja

3.3. Interpretação da Previsão da Época Chuvosa 2022-2023 para Agricultura

i) Período de Outubro-Novembro-Dezembro (OND-2022)

Índice de Satisfação Hídrica das Culturas (ISNH) - **Período de OND-2022**

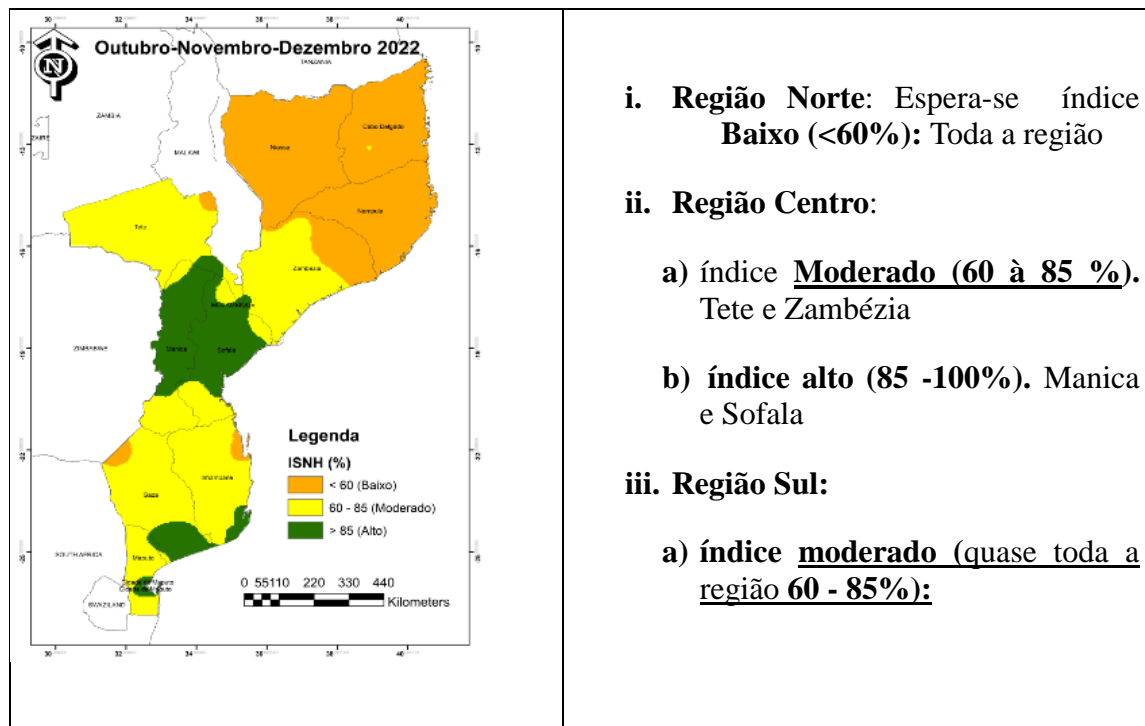


Figura 7: Previsão de ISNH - OND – 2022

ii) Período de Janeiro-Fevereiro-Março (JFM-2023) - ISNH

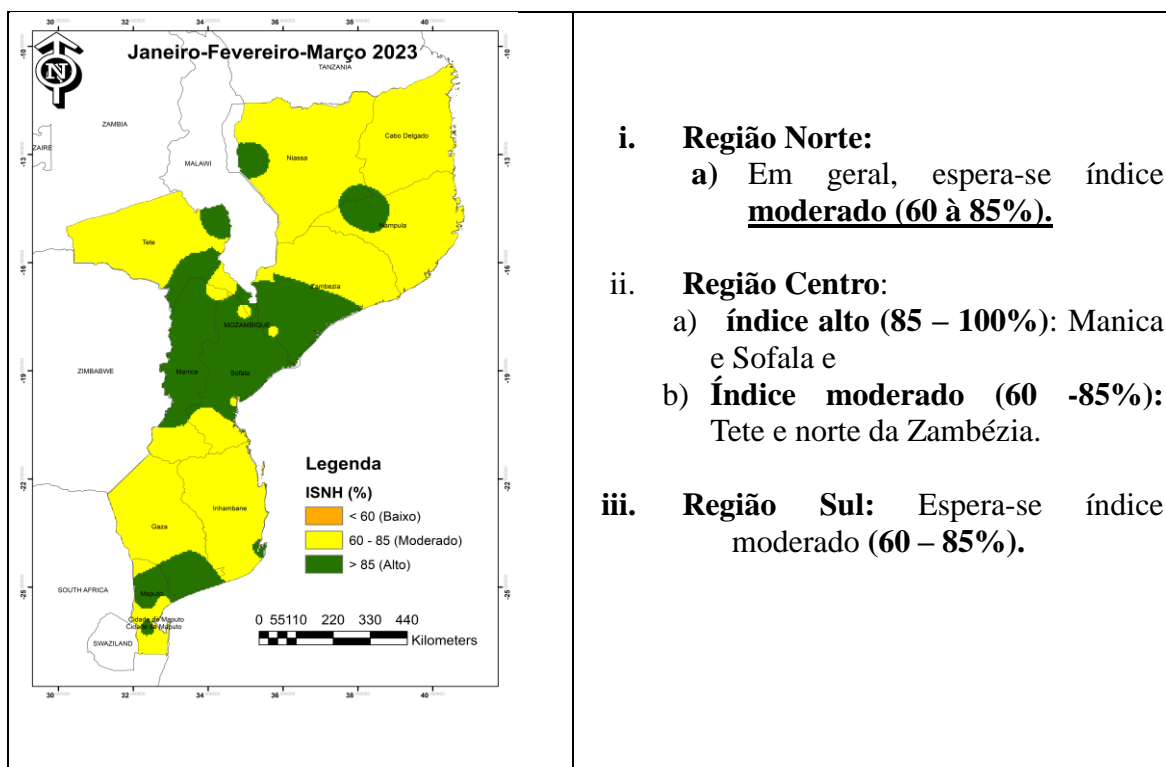
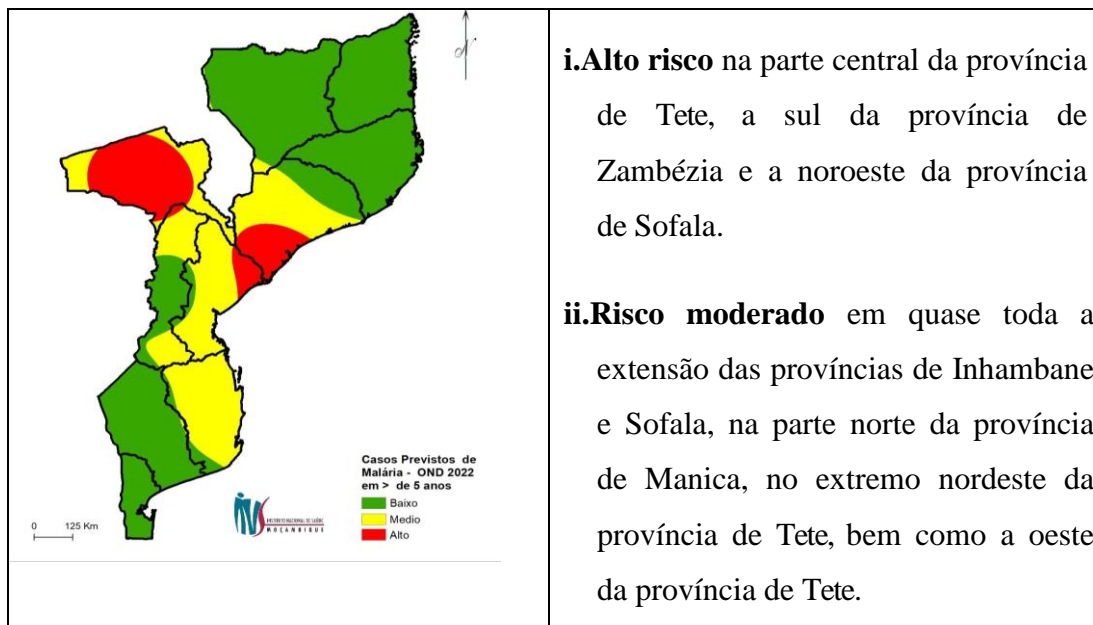


Figura 8: Previsão de ISNH- JFM – 2023

3.4. Interpretação da previsão da época chuvosa 2022/2023 na Saúde

3.4.1 No que tange a Malária, espera-se:

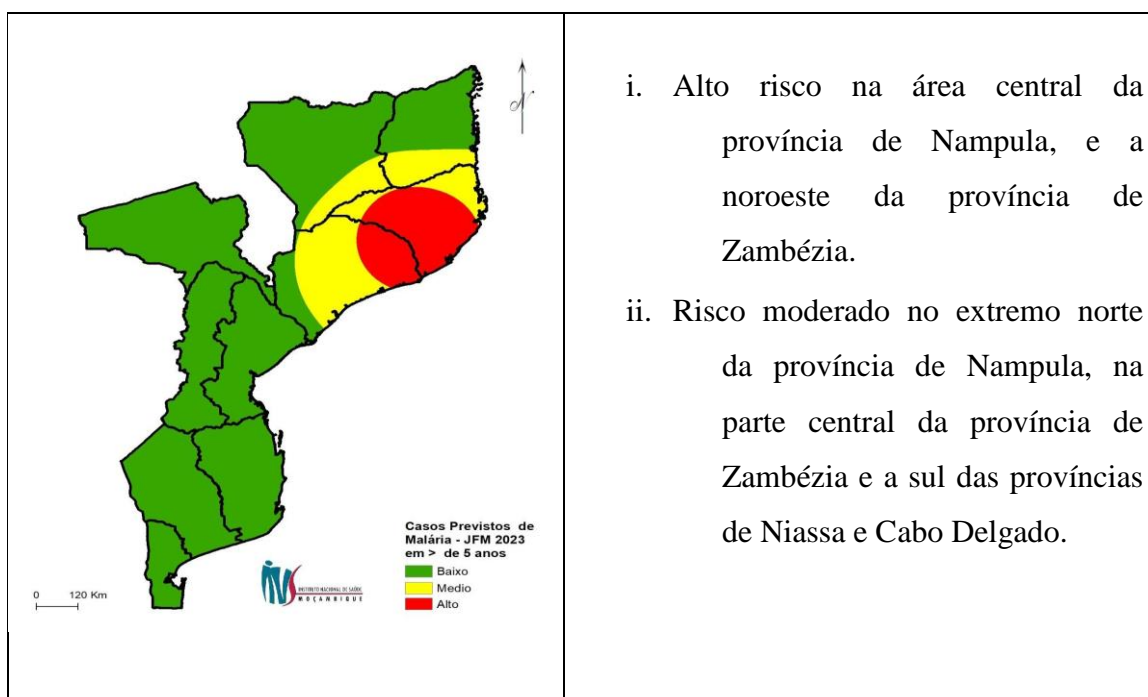
i) Período de Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2022:



i. Alto risco na parte central da província de Tete, a sul da província de Zambézia e a noroeste da província de Sofala.

ii. Risco moderado em quase toda a extensão das províncias de Inhambane e Sofala, na parte norte da província de Manica, no extremo nordeste da província de Tete, bem como a oeste da província de Tete.

Figura 9: Interpretação para a saúde - Malária - OND 2022



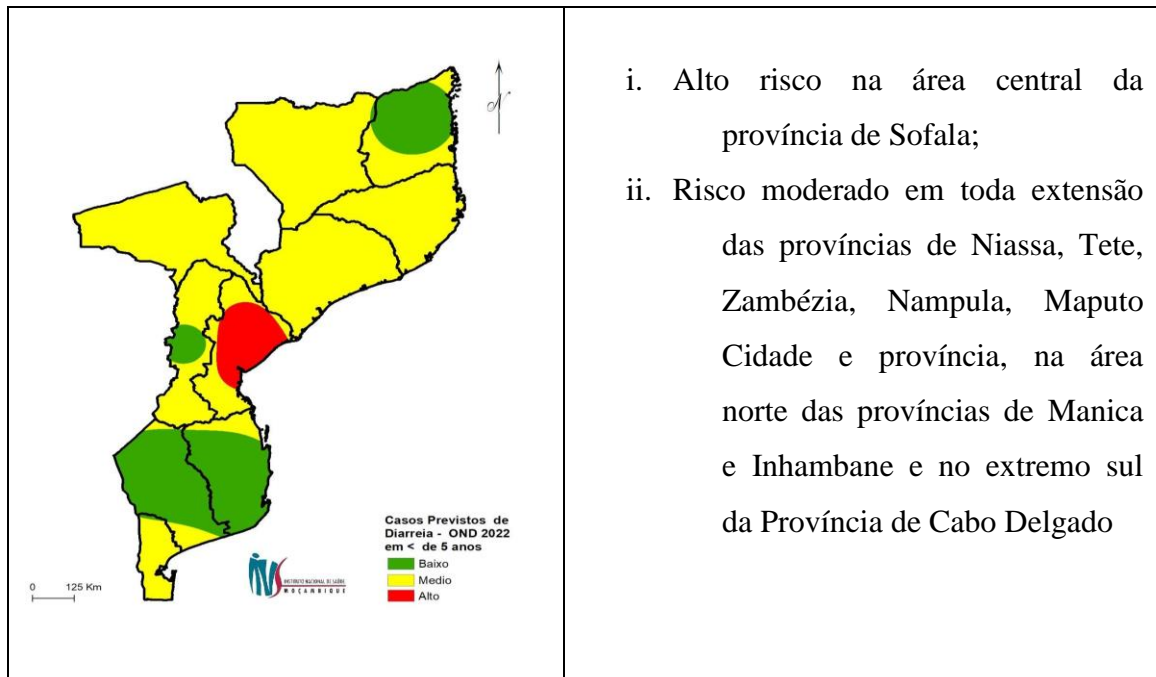
i. Alto risco na área central da província de Nampula, e a noroeste da província de Zambézia.

ii. Risco moderado no extremo norte da província de Nampula, na parte central da província de Zambézia e a sul das províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Figura 10: Interpretação para a saúde - Malária - JFM 2023

3.4.2 Previsão de ocorrência de caso de diarreias:

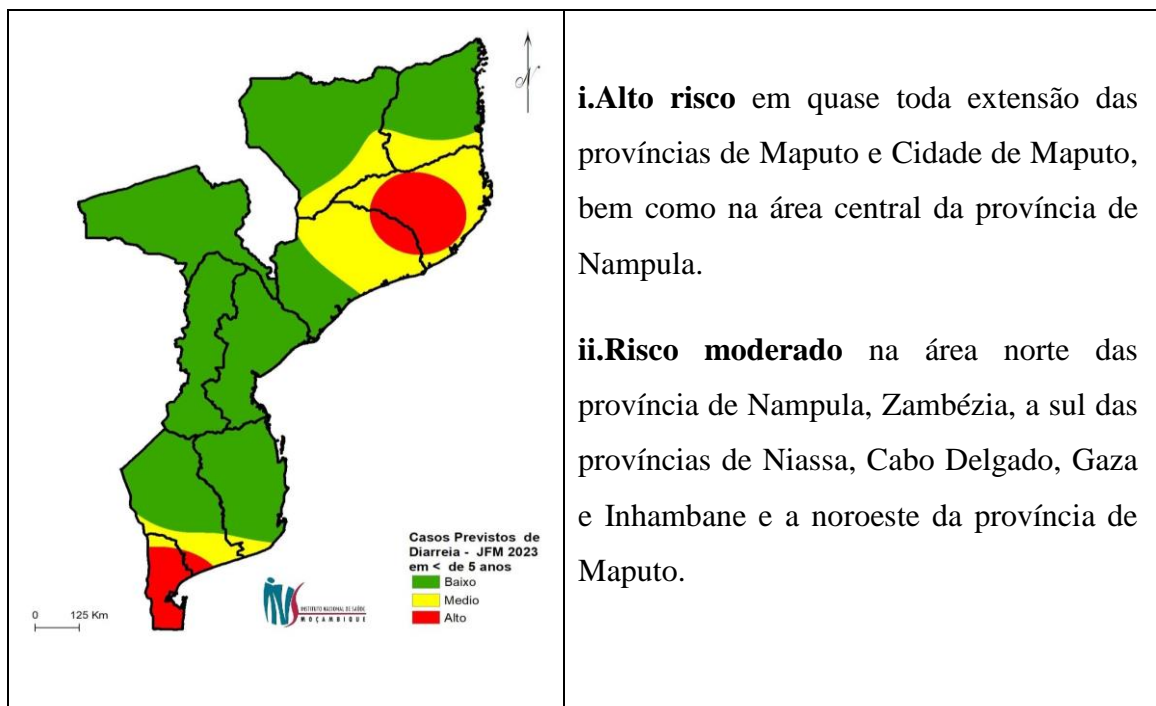
i) Período Outubro-Novembro-Dezembro (OND) 2022: < 5 anos



- i. Alto risco na área central da província de Sofala;
- ii. Risco moderado em toda extensão das províncias de Niassa, Tete, Zambézia, Nampula, Maputo Cidade e província, na área norte das províncias de Manica e Inhambane e no extremo sul da Província de Cabo Delgado

Figura 11: Interpretação para a saúde - diarreia - OND 2022

i) Para o período Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) 2023: < 5 anos



i. Alto risco em quase toda extensão das províncias de Maputo e Cidade de Maputo, bem como na área central da província de Nampula.

ii. Risco moderado na área norte das província de Nampula, Zambézia, a sul das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Gaza e Inhambane e a noroeste da província de Maputo.

Figura 12: Interpretação para a saúde - diarreia - JFM 2023

4. ANÁLISE DO RISCO DE DESASTRES

4.1 Principais Riscos e Ameaças

A previsão climática sazonal para a época chuvosa e ciclónica 2022/2023 indica que, no geral, há uma previsão de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal nas regiões Sul e

Centro do país, bem como, de vendavais, descargas atmosféricas e ciclones tropicais. As temperaturas das águas superficiais no Oceano Índico associado aos factores climáticos de escala global (ENSO), regionais (IOD) e locais serão determinantes para a ocorrência de chuvas acima do normal na presente época chuvosa e ciclónica.

As previsões indicam um risco moderado para a ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas de Inhanombe, Mutamba, Limpopo, Sve, Zambeze, bacias costeiras da provincia da Zambézia e Nampula, Namacurra, Megaruma, Montepuez e Messalo; risco moderado a alto nas bacias de Maputo, Umbeluzi, Incomati, Búzi, Pungoé, Savane e Licungo. Adicionalmente, poderão ocorrer inundações urbanas nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane, Pemba e Lichinga. Por outro lado há probabilidade de ocorrência de erosão nas cidades de Pemba e Nacala Porto.

Maior atenção ainda às cheias que podem resultar de descargas provenientes dos países vizinhos, isto é, bacias do Maputo, Umbeluzi, Incomati, Limpopo e Zambeze.

Há ainda a probabilidade de eclosão de doenças de origem hídrica, como diarreias, incluindo a cólera e malária, pbem como pragas e bolsas de seca e insegurança alimentar e nutricional (sobretudo nas zonas áridas e semiáridas), são outros factores a ter em conta durante toda a época chuvosa e ciclónica.

4.2 Factores de Vulnerabilidade

Os principais factores de vulnerabilidade às ameaças acima identificadas, são:

- a) Instabilidade social devido ao terrorismo em algumas regioes das provincias de Cabo Delgado e Nampula.
- b) Insuficiência de infraestruturas para o controlo e gestão do fluxo de escoamentos de água de montante, sobretudo provenientes de nove rios internacionais;
- c) Existência de zonas áridas e semiáridas com aglomerados populacionais dispersos e limitado acesso a recursos hídricos;
- d) Longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, com limitada capacidade de contenção ou resiliência humana e infraestrutural;
- e) Existência de zonas sísmicas activas com elevados aglomerados populacionais sem conhecimento do risco a que estão sujeitos;
- f) Implantação de infraestruturas públicas, privadas, sociais e assentamento humanos em zonas de risco ou ameaças (descritas no Artigo 12 da Lei n.º 10/2020 de 24 de Agosto) sem observância de padrões técnicos de segurança;
- g) Insuficiente preparação do País e dos seus cidadãos para enfrentarem eficazmente o risco de desastres na dimensão actual;

- h) Fraca capacidade de adaptação das comunidades, associado ao rápido crescimento demográfico e ocupação desordenada de zonas naturais de escoamento e de retenção temporária das águas das cheias;
- i) Insuficiente implementação dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial;
- j) Falta de áreas demarcadas e reservadas a inundações em situação de cheias;
- k) Ineficiente implementação de medidas de redução do risco e aumento da resiliência nas infraestruturas públicas;
- l) Existência de pontes chave não reabilitadas;
- m) Degradação dos diques de protecção ao longo das bacias mais vulneráveis a cheias;
- n) Instabilidade social devido ao terrorismo em algumas regiões das províncias de Cabo Delgado e Nampula.
- o) Ocorrência de 4 (quatro) sistemas tropicais na bacia do sudoeste do Oceano Índico, que atingiram o nosso país (ANA, DUMAKO, GOMBE e JASMINE), cujos impactos ainda se fazem sentir e o processo de recuperação ainda está em curso;

4.3 Factores de Contenção

A necessidade de adopção de medidas de redução de risco de desastres em Moçambique é contextual e de carácter socioeconómico imperativo devido aos múltiplos e recorrentes choques que afectam o país, por um lado. Por outro, a integração de medidas de gestão e redução de risco de desastres nas principais Políticas Públicas como o Programa Quinquenal do Governo 2019-2024 e o Plano Director para Redução do Risco de Desastres 2017-2030 refletem os avanços e firmeza do Governo nesta direcção.

Abaixo apresentam-se as principais medidas e acções (implementadas e em curso) que concorrem para a redução da vulnerabilidade:

- a) Melhorado o acesso à informação hidro-meteorológica e garantia da emissão de avisos e alertas com maior precisão e confiabilidade sobre a iminência de perigos, em tempo quase real para a tomada de decisão operacional a vários níveis.
- b) Desenvolvido um sistema de previsão de cheias/inundações e modelos de monitoria e previsão de ciclones e secas hidrológicas com foco para as bacias hidrográficas, propensas a cheias e inundações.
- c) Instalados sensores de alerta nas comunidades mais propensas aos eventos extremos.
- d) Operacionalizada a rede de estações do sistema de aviso de cheias, entre elas 30 pluviométricas e 33 hidrométricas, para a monitoria hidrológica.

- e) Operacionalização de **100 rádios comunitárias** que usam línguas locais para a divulgação de mensagens sobre as medidas preventivas sobre a probabilidade de ocorrência de eventos extremos;
- f) Capacitação contínua das comunidades através da criação e revitalização de Comitês Locais de Gestão e Redução do Risco de Desastres em locais mais propensos a eventos extremos;
- g) Fortalecidos sistemas de gestão de informação e comunicação, com recurso a tecnologias modernas de informação e comunicação;
- h) Disponibilidade de veículos aéreos não tripulados, drones, usados para avaliação rápida do impacto do desastre assim como mapeamento das zonas de risco.
- i) Realizadas actividades de controlo de focos de infecção de cólera;
- j) Realizadas campanhas de saúde e nutrição para o rastreio de crianças em situação de desnutrição aguda, suplementação com Vitamina A, desparasitação, vacinação e tratamento das doenças mais frequentes na infância;

4.4. Cenários

Em função das previsões climáticas sazonais para a região e a sua interpretação para o contexto nacional nas componentes de meteorologia, hidrologia, agricultura e saúde, foram desenvolvidos três cenários de população em risco que são descritos e apresentados abaixo. De salientar que o elevado número de pessoas em risco na presente época chuvosa e ciclónica nos diferentes cenários, deve-se ao facto de ter-se registado, na época passada, a ocorrência de escassêz de precipitação e estiagem, principalmente nas províncias de Gaza e Inhambane, por um lado, e por outro, a ocorrência de sistemas tropicais (ANA, DUMAKO, GOMBE e JASMINE), cujos impactos ainda se fazem sentir e o processo de recuperação ainda está em curso.

4.5. Cenário I

O Cenário I é composto por ameaças localizadas de pequena magnitude e curta duração, mas com impacto sobre as camadas populacionais mais vulneráveis. Este cenário inclui (i) *Ventos Fortes*, (ii) *Inundações urbanas e periurbanas* e (iii) *Seca* que poderão ocorrer em diferentes regiões do País. Em algumas situações há possibilidade de ocorrência de descargas atmosféricas.

As cidades de Maputo, Matola, Beira, Dondo, Quelimane, Lichinga, Cuamba e Xai – xai poderão registar inundações urbanas. Igualmente, espera-se ocorrência de estiagem/Stress hídrico, sobretudo nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Zambézia, Pondo em risco o desenvolvimento das culturas.

Nesse contexto, estima-se que **1.172.297 pessoas** estejam em risco caso ocorram ventos fortes, inundações e seca (ver tabela 1).

Tabela 2: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário I

Província	População em Risco no cenário I			
	Ventos fortes	Inundações (Cidades e Vilas)	Seca	Total do Cenário I
Cabo Delgado	22,900	1,720		24,620
Niassa	9,630	10,063	3,144	22,837
Nampula	18,291	1,875	0	20,166
Zambezia	33,230	20,264	32,344	85,838
Tete	2,545	404	151,399	154,348
Manica	31,323	4,820	27,963	64,106
Sofala	26,008	128,291	32,588	186,887
Inhambane	63,939	37,278	123,726	224,943
Gaza	21,173	14,328	271,744	307,245
Maputo Província	22,502	18,213	27,362	68,077
Maputo Cidade	1,166	11,669	395	13,230
Total	252,707	248,925	670,665	1,172,297

4.4.1. Cenário II

O Cenário II é a combinação dos riscos ou ameaças do Cenário I (ventos fortes, inundações urbanas e periurbanas e Seca) com a probabilidade de ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas e de ciclones. Neste cenário estima-se que **2.249.410 pessoas** estejam em risco, das quais **553.206** pessoas em risco de cheias e **523.907** pessoas em risco de ciclones – (Tabela 2).

Considerando este cenário poder-se-á registar cheias de risco moderado nas bacias de Inhanombe, Mutamba, Zambeze, bacias costeiras da província da Zambézia e Nampula, Megaruma, Montepuez e Messalo; risco moderado a alto nas bacias de Maputo, Umbeluzi, Incomati, Limpopo, Save, Búzi, Pungoé, Savane; e risco alto nas bacias de Búzi, Púngoe e Licungo. Adicionalmente, poderão ocorrer inundações urbanas nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane, Pemba e Lichinga. Por outro lado há probabilidade de ocorrência de erosão nas cidades de Pemba e Nacala Porto.

As províncias de **Niassa e Tete** não apresentam risco de serem afectadas por ciclones tropicais devido a sua localização.

Tabela 3: Cenário II - População em Risco

Províncias	Cenário I	Risco de cheias	Risco de ciclones	Total do Cenário II
Cabo Delgado	24,620	5,100	24,100	53,820
Niassa	22,837	14,236	-	37,073
Nampula	20,166	3,064	96,359	119,589
Zambézia	85,838	49,365	23,179	158,382
Tete	154,348	9,006		163,354
Manica	64,106	21,904	26,446	112,456
Sofala	186,887	339,343	287,319	813,549
Inhambane	224,943	7,251	58,371	290,565
Gaza	307,245	89,831	1,000	398,076
Maputo Província	68,077	14,106	5,104	87,287
Maputo Cidade	13,230	-	2,029	15,259
Total	1,172,297	553,206	523,907	2,249,410

4.4.2. Cenário III

O terceiro cenário (Cenário III) é o resultado da combinação do cenário II com a probabilidade de ocorrência de sismos. Assim, neste cenário estima-se que **2.289.616 pessoas** estejam em risco, das quais cerca de **40.206 pessoas** em risco de sismos - Ver tabela 3.

A estimativa da população em risco de sismos foi feita com base nos dados históricos de registos e o período de recorrência dos sismos em Moçambique. Dos **15** Sismos significativos registados no período 2021-2022, o intervalo de magnitude foi de 3.9 a 4.9 na escala de Richter, contra **7** Sismos significativos, registados no período 2020-2021, de intervalo de 3.3 a 4.5 na mesma escala.

Tabela 4: Cenário III – População em Risco

Provincia	Cenário II	Sismos	Total do Cenário III
Cabo Delgado	53,820	1,220	55,040
Niassa	37,073	6,430	43,503
Nampula	119,589	2,776	122,365
Zambezia	158,382	3,520	161,902
Tete	163,354	1,845	165,199
Manica	112,456	13,038	125,494
Sofala	813,549	4,500	818,049
Inhambane	290,565	1,424	291,989
Gaza	398,076	2,700	400,776

Maputo Provincia	87,287	1,055	88,342
Maputo Cidade	15,259	1,698	16,957
Total	2,249,410	40,206	2,289,616

4.4.3. Situação Prevalente dos Deslocados Internos em Moçambique

O presente Plano de Contingência inclui a situação de deslocados internos causados pelas incursões dos terroristas na região Norte do País. Esta situação poderão, em parte, ter impacto na operacionalização do presente plano de contingência, sobretudo na componente de assistência humanitária. Na altura da compilação dos dados, registava-se uma tendência crescente do número da população deslocada, estimando-se em cerca de **1.122.443 pessoas (Tabela 5)**.

Tabela 5: Deslocados internos devido aos ataques armados

Província	Famílias Deslocadas	Pessoas Deslocadas (incluindo Crianças)
Provincia do Maputo	28	82
Inhambane	18	73
Sofala	678	3,376
Manica	1,023	5,582
Zambézia	316	1,191
Nampula	14,717	64,780
Niassa	1,053	4,533
Cabo Delgado	50,971	1,042,826
Total	68,804	1,122,443

Sobre os deslocados, há a enfatizar que é trazida neste plano pela necessidade de reforçar a assistência neste período que vamos entrar, por tratar-se de época de escassez, principalmente para para as populações que retornam nas suas zonas de origem sem bases sólidas de subsistência.

4.4.4. Provável Impacto no Sector da Educação

O sector de Educação conta com **13.250** estabelecimentos de ensino. Uma breve análise de risco das escolas, tendo em a as previsões climáticas, a distribuição espacial e o nível de precariedade, permitiu identificar um total de **4.215** escolas situadas em áreas de risco (correspondente a 32 % do total da escolas da do país), com **16.330** salas de aulas em zonas de risco, com **1.656.964** alunos e **33.028** professores

Na tabela a baixo mostra-se a distribuição por provincia, das escolas, salas de aula em áreas de maior risco. Sendo a provincia de Nampula e Gaza, aquelas que contam com maior número de salas de aulas localizadas em áreas de maior risco.

Tabela 6: Provável impacto no sector da Educação

Nº de Ordem	Província	Em Risco			
		Escolas	Salas	Alunos	Prof.

1	C. Maputo	10	118	10835	239
2	P. Maputo	91	190	14565	455
3	Gaza	762	4371	479299	10880
4	Inhambane	259	166	115590	2966
5	Sofala	178	243	85718	1471
6	Manica	266	1068	134457	2902
7	Zambézia	1000	1736	175290	2750
8	Tete	359	1275	126646	2374
9	Nampula	964	5515	383047	6539
10	C. Delgado	102	613	49938	1158
11	Niassa	224	1035	81579	1294
Total		4215	16330	1656964	33028

4.4.5. Provável Impacto no Sector da Agricultura

Segundo a interpretação da previsão climática para época chuvosa 2022 - 2023, perspectiva-se no geral, uma boa campanha agrícola. entretanto, para os dois períodos e com destaque para o período JFM-2023, esperam-se situações extremas de inundações localizadas que poderão acontecer com maior impacto nas zonas ribeirinhas e baixas em todas as regiões. Estima-se que cerca de **284.266 produtores** em risco de ser afectados pelos diferentes fenómenos e que **341.119 hectares** estejam em risco de serem perdidos com culturas diversas, sobretudo milho, arroz e feijões possam estar em risco – **Ver tabela 8.**

Tabela 7: Áreas e Produtores em Risco campanha agrícola 2022 – 2023

Fenómeno	Produtores em Risco	Área em Risco (ha)
Seca/Estiagem	94,755	113,706
Inundações/Cheias	142,133	170,560
Ciclones	47,378	56,853
Total	284,266	341,119

Fonte: MADER

4.5. Provável Impacto no Sector de Estradas

O Sector de Estradas prevê que algumas estradas estejam em risco de interrupção ou funcionamento com o trânsito condicionado caso se concretizem as previsões climáticas avançadas pelo INAM, aliado ao nível de precariedade de algumas vias de acesso. As províncias de maior risco são **Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Tete, e Niassa.**

Os danos registados frequentemente nas vias de acesso têm sido: erosão, cortes e ravinas na plataforma da estrada, escavação e colapso das lajes de pavimento de estruturas, erosão da plataforma e taludes das estradas, poças de água nas zonas baixas com solos plásticos, tornando a plataforma escorregadia, entre outros. Os pontos críticos estão identificados nas figuras abaixo.

4.5.1 Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Niassa.

N360 - Cuamba/Metarica/ Maua; R720 - Cuamba/ Mecanhelas;

R730 - Congerenge/Mintade/Nambilange; R1201 - Etatara/ Mepanhira/ Molumbo;

R1120 - Mecanhelas/Mepanhira; R721- Mecanhelas/Chiuta, N13 - Cuamba/ Lurio;

R731 - Marrupa/ Mecula; R733 - Unango/ Macalodge; R734 - Metangula/ Cobue;

R735 - Cruz. R734/ Lupilichi; R1215 - Macalodge/ Nova Madeira; R1215 - Nova Madeira/ Rio Rovuma e NC - Majune/ Mavago



4.5.2. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Tete.

N322 - Cruz. N7 (Madamba)/Mutarara; N302 - Matema/Vila Mualadzi; N303 - Bene/Zumbo;

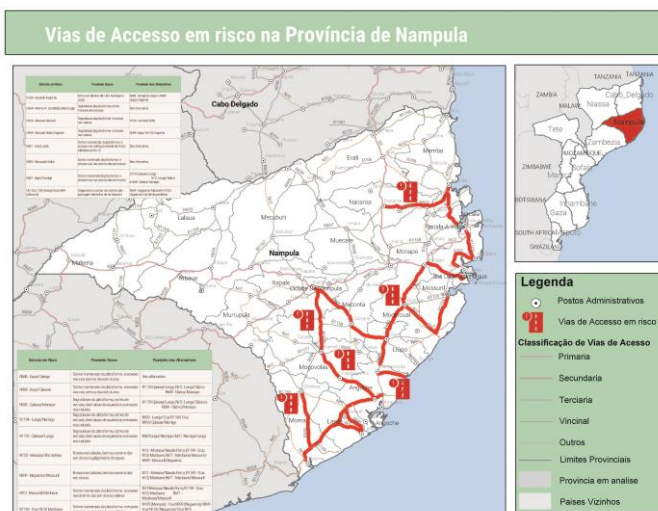
R602: Mágoè/ Mucumbura; R603 - Daca/Furancungo; R604 - Madeia/Namicunga;

R1059 - Ntengowambalame/Biri Biri e NC: Cruz. N304: Josina/ Ntengo Mozi



4.5.3. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Nampula.

N104 - Nametil/Angoche; N324 - Moma/Fr. Zambézia (Mucoroge); N324 - Mecane/Mucuali; N324 - Mucuali/Boila/Angoche; R681 - Ivate/Larde; R682 - Marcação/Aube; R687 - Liupo/Namige; R688 - Liupo/Quinga; R688 - Liupo/Quiaxxe; R689 - Quixaxe/Monapo; R1154 - Lunga/Namige; R1155 - Quixaxe/Lunga; N105 - Monapo/Ilha de Mocambique; R699 - Naguema/Mossuril; R701- Mossuril/Matibane; R1169 - Cruz. N12/Matibane e NC - Cruz 105 (Ntete)/Cruz R699 (Mossuril).



4.5.4. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Zambezia.

R640 - Zero/Mopeia; R640 - Mopeia/Luabo/Nhacatiua; R650 - Pinda/Megaza/Chire; R650 - Posto Chire/Milange; N322 - Zero/Morrumbala; N322 - Morrumbala/Pinda/R. Chire; NC - Bive/Maganja da Costa; R644 - Maganja/Nante/Cariua; R645 - Maganja/Mabala; R643 -



Namacurra/Macuse; R1118 - Namacurra/Forquia; R654 - Regone/Namarroi; R1102 - Regone/Gurùè ; NC - Bive/Muaquiua; R1117 - Tacuane/Muabanama; R653 - Tacuane/Liciro; R657 - Lioma/Rio Lurio; R650 - Milange/Molumbo; R658 - Molumbo/Magige; N324 - Magiga/Rio Ligonha; R648 - Gile/Etaga Nova Naburi; NC - Muandiua/Chire

4.5.5. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Manica.

N260 - Cruz. N6/Munhinga; N260 - Dombe/Rio Mussapa; N260 - Dombe/Rio Lucite; N260 - Dacata/Espungabera; R441 - Espungabera/Chaiva (Rio Mossurize); NC - Cruz. R521 (Chaiva)/Garagua; NC - Cruz. N260/Central Mavuze; R952 - Cruz. R441/Mabzvissanga; NC - Cruz. N7 (Catandica)/Cagore; R963 - Manica/Penhalonga; NC - Cruz R963/Chua/Cruz. R963; NC - Cruz. R962/Machipanda; R950 - Cruz. R529 (Massavala/Buzua); R529 - Cruz. N7/Nhacolo/Fronteira Sofala; NC - Cruz. R529(Inhacafula)/Buzua



4.5.6. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Sofala.

N283 - Marromeu/Caia; N283 - Caia/Sena/Chemba; R529 - Chemba/Chiramba; R563 - Crz.

N1/Parque de Gorongosa; N6 - Mutua/Tica; N1 - Mantenga/Punguê; R1000 - Nhamatanda/Crz. N563; N1 - Nhamapaza/Rio Zangue; N261 - Nhamapaza/Macossa; R565 - Maringue/Mulima; N1 - Rio Save/Muxungue; R520 - Guara

Guara/Nhamuchindo; R521 - Crz.

N280/Crz.N1/Mangunde; NC - Muxungue/Chibabava; R520 - Inhamichindo/Grudja; R1001 - Inhaminga/Casa Banana; R564 - Gorongosa/Piro; N283 - Chemba/Sena; R565 - Marimngue/Canxixe/Chemba; R566 - Canxixe/Chiramba; R529 - Chemba/Chiramba; R566 - Chiramba/Chindio; R970 - Catulene/Buzua; N280 - Tica/Guara-Guara; R520 - Crz. N1/Grudja; N282 - Muanza/Condoe/Inhaminga; NC - Crz.

N282/Chinapaminpa/Chinizuia; N261 - Maringue/Macossa; R1001 - Inhaminga/Mazamba/Casa Banana; N282 - Dondo/Semacueza; R1003 - Crz. N6/Rio Savane; NC - Crz. R1003/Sengo; R1005 - Chauaua/Maringue; R561: Crz N1/ Machanga; R560+562: Machanga/ Divinhe.



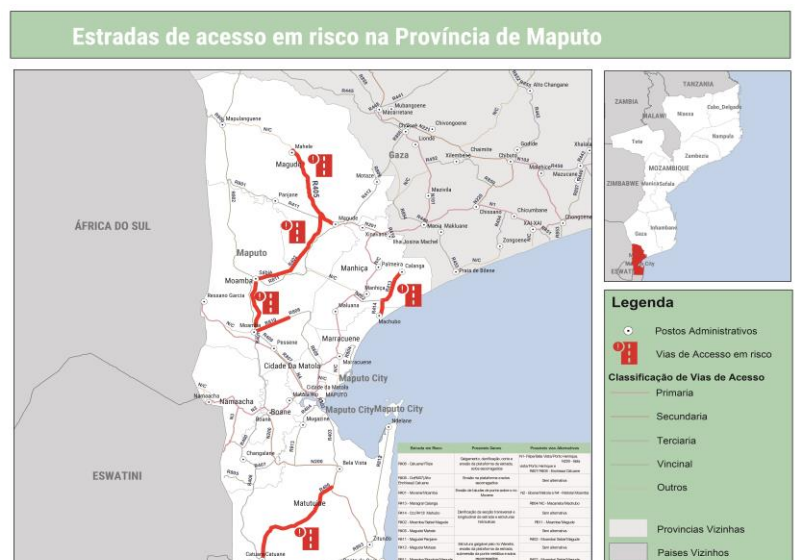
4.5.7. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Inhambane.

N/C - Chidjinguir/Mubalo; R481 - Funhalouro/Mabote; N/C - Cruz N1/Muane-15km; R900 - Morrumbene/Sitila; N/C - Cruz N1/Chicuque/Mongue; R922 - Tessolo/Jofane; N1 - Zandamela/Massinga



4.5.8. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Maputo.

R406 - Catuane/Filipe; R408 - CrzR407(Alto Enchissa)/Catuane; R401 - Movene/Moamba; R413 - Maragra/Calanga; R414 - Crz.R413/Mahubo; R402 - Moamba/Sabie/Magude; R405 - Magude/Mahele; R411 - Magude/Panjane; R412 - Magude/Motaze; R811 - Moamba/Bondoia/Magude



5. ACÇÕES SECTORIAIS A REALIZAR NAS FASES DE PRONTIDÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO

O quadro de definição de acções sectoriais tem o objectivo de minimizar o impacto de desastres e compreende três fases: prontidão, resposta e recuperação.

- a. **Prontidão:** técnica, material e financeira de preparação institucional, sectorial, comunitária e individual para reduzir o risco de desastres e os seus impactos.
- b. **Resposta:** Medidas que visam salvar vidas , assegurar assistência humanitária e rápida funcionalidade socioeconómicas imediatamente a seguir ao desastre.
- c. **Recuperação:** Actividades que concorrem, para a reposição e funcionalidade dos serviços básicos e normalização da vida das pessoas afectadas pelo desastre.

As acções de prontidão, resposta, e recuperação poderão ser realizadas ao longo do ano. Contudo, no período de Outubro à Dezembro, poderão predominar as acções de prontidão e intervenções de resposta. Neste sentido, acções como (i) a elaboração do plano anual de contingência, (ii) a preposição estratégica de bens e suprimentos de emergência, (iii) importação de suprimentos de emergência adicionais para responder às necessidades prementes, e (iv) a coordenação e monitoria, constituem algumas das actividades críticas a serem realizadas nestes períodos.

No período de Janeiro à Março, maior incidência poderá ser para as acções de resposta como (i) a operacionalização dos planos de contingência, (ii) realização das avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta, e (iii) a avaliação das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência.

O período de Abril à Setembro é reservado para as acções de recuperação e resposta, incluindo, entre outras, (i) a implementação da estratégia multisectorial de recuperação e reconstrução (Ex: reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda); e (ii) monitoria da implementação das actividades e programas de recuperação. Algumas aquisições de materiais para pré-posicionamento e que estejam nos parâmetros das normas de funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades, também poderão ocorrer nesse período.

A implementação das acções de prontidão, resposta e recuperação poderá acontecer a todos os níveis, desde o central aos órgãos locais, incluindo os municípios, cabendo a cada um desses níveis garantir a planificação, monitoria, supervisão e assistência técnica e a implementação dos planos de resposta.

5.1. Mobilização de Recursos para Resposta à Emergência

A Equipa Humanitária Nacional (HCT) participa através de sectores (*clusters*) de resposta humanitária em acções de prontidão e resposta a desastres com meios materiais e humanos para complementar os esforços do Governo. Assim, usando mecanismos acordados com o Governo, a Equipa Humanitária Nacional pode activar os dispositivos internos e internacionais de mobilização de recursos com base nos mandatos e instrumentos internacionais existentes. O processo de coordenação e gestão de resposta a emergência é liderado pelo Governo.

A assistência humanitária atempada, eficaz e apropriada por parte da HCT depende da observância dos seguintes aspectos:

- a) Disponibilidade de informação sobre a avaliação da situação (magnitude, complexidade, urgência da emergência) com base em indicadores credíveis;
- b) Apresentação de dados sobre a área afectada, grupos vulneráveis; população afectada e pessoas necessitadas
- c) Disponibilização de informação sobre os recursos preposicionados pelo Governo e défice de acordo com as necessidades locais e tipo de evento;
- d) Activação pelo governo dos níveis de alerta institucional para facilitação da mobilização de recursos adicionais e operacionalização do plano de contingência;

5.2. ACÇÕES SECTORIAIS A REALIZAR NAS FASES DE PRONTIDÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO

Instituição: INGD		
Prontidão	Resposta	Recuperação
a) Realizar exercícios de simulação aas comunidades localizadas nas zonas de risco;	a) Realizar avaliações rápidas das necessidades (de forma equitativa e inclusiva) e reajustar o plano de resposta de acordo a magnitude do evento;	a) Implementar actividades específicas de recuperação de meios de vida de forma inclusiva e equitativa;
b) Divulgar o plano de contingência;	b) Coordenar a provisão de assistência humanitária atempada,	b) Monitorar a implementação integrada das actividades e programas de recuperação pós desastre;
c) Revitalizar os CLGRD e voluntários da CVM com inclusão de mulheres e pessoas com deficiência;	c) Preparar os apelos de ajuda humanitária e mobilizar recursos adicionais;	c) Avaliar as actividades de resposta humanitária e colher as lições aprendidas;
d) Activar os CLGRD das zonas de risco;	d) Coordenar a avaliação rápida de necessidades pós desastres (ANPD);	d) Elaborar o plano multisectorial de recuperação pós emergência com base nos resultados da ANPD;
e) Identificar rotas de evacuação, com a comunidade, de locais seguros para abrigos temporários, tendo em conta os procedimentos socio-ambientais;	e) Prover apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência humanitária;	e) Prover apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência humanitária;
f) Mapear os centros de acomodação e zonas seguras para o reassentamento tendo em conta a auditoria de segurança;	f) Activar o plano de continuidade de actividades caso sejam identificados casos positivos nas instalações da instituição;	f) Monitorar e continuar a implementar todas as medidas de prevenção básicas contra o COVID;
g) Pré-posicionar bens, materiais e equipamentos em locais estratégicos	g) Estabelecer pontos de lavagem de mãos em coordenação com o sector de águas e parceiros;	g) Continuar a disseminar mensagens de prevenção contra a COVID;
h) Preparar as equipas de resposta humanitária para uma intervenção rápida;	h) Garantir o distanciamento social entre os afectados principalmente na distribuição de artigos alimentares e não alimentares;	h) Fortalecer a liderança e o engajamento feminino nos comités locais de gestão de riscos e desastres
i) Disseminar mensagens de alerta de forma acessível (línguas locais) e abrangente para diferentes grupos vulneráveis;		
j) Intensificar as actividades de monitoria	i) Monitorar a segurança nos centros de	

<p>das previsões dos eventos extremes;</p> <p>k) Lançar concursos para aquisição de bens de emergência e assinatura de contractos;</p> <p>l) Sensibilizar as comunidades de forma equitativa e abrangente sobre medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres;</p> <p>m) Identificar e celebrar acordos com personalidades e líderes influentes para difusão de mensagens de alerta;</p> <p>n) Activar os protocolos de gestão de informação a todos níveis;</p> <p>o) Identificar e preparar áreas seguras, de forma participativa com a comunidade, para acomodação e reassentamento das famílias afectadas;</p> <p>p) Cumprir com os procedimentos sócio ambientais;</p> <p>q) Aprovisionar materiais e locais para a construção de abrigos e casas definitivas resilientes;</p> <p>r) Adquirir equipamentos de protecção individual, kits de primeiros socorros e de dignidade, para as equipas de assistência humanitária nas acções de emergência;</p> <p>s) Preparar o apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência</p>	<p>trânsito;</p> <p>j) Garantir a desagregação de dados por mulheres, raparigas e crianças na implementação dos mecanismos de levantamento de danos e nas intervenções de resposta</p> <p>k) Assegurar a monitoria do VBG e a segurança dos abrigos temporários</p>	
---	---	--

<p>humanitária;</p> <p>t) Aproveitar serviços de emergência para fornecimento de água;</p> <p>u) Implementar os Planos Distritais de Acções Antecipadas mediante a activação dos accionadores de previsão;</p> <p>v) reciclar nas comunidades, as mulheres e jovens em matérias de preparação e resposta às emergências;</p> <p>w) Elaborar mapas comunitários de riscos com mulheres e jovens;</p> <p>x) Activar os mecanismos de queixas, reclamações e sugestões nas comunidades (incluindo VBG, PEAS e necessidades dos grupos vulneráveis);</p> <p>y) Disseminar mensagens de preparação comunitárias para a redução do risco de desastres (preservação de documentos pessoais, não separação dos membros da família).</p>		
Instituição: GABINFO		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Avaliar o grau de funcionamento e operacionalidade dos sistemas e meios de comunicação;</p> <p>b) Pré-posicionar material e equipamentos de comunicação;</p> <p>c) Produzir e disseminar informação baseada em impactos e atempada aos</p>	<p>a) Disseminar informação sobre o fenómeno em causa e monitorar junto aos órgãos de comunicação;</p> <p>b) Intensificar os apelos às comunidades nas zonas de risco.</p> <p>c) Divulgar aos órgãos de comunicação o grau de implementação da acção</p>	<p>a) Divulgar o plano/estratégia de reconstrução/recuperação conjunta Governo e parceiros de cooperação;</p> <p>b) Avaliar o grau de alcance da informação de alerta e resposta à emergência aos diferentes grupos da população e propôr melhorias;</p>

<p>órgãos de comunicação oficiais, acessível a todas as camadas sociais no contexto de gestão do risco desastres;</p> <p>d) Disseminar informação sobre prevenção da covid-19, em canais formais e informais;</p> <p>e) implementar diferentes mecanismos de comunicação para a difusão de informações de alerta.</p>	<p>humanitária do Governo e parceiros de cooperação.</p>	<p>c) Mobilizar as comunidades -incluindo mulheres, raparigas e pessoas com deficiência para o processo de recuperação e reconstrução;</p>
---	--	--

Instituição: MADER

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) disseminar o prognóstico da época chuvosa e ciclónica para agricultura e as recomendações agrotécnicas;</p> <p>b) Monitorar o comportamento da época chuvosa e o seu impacto na produção agrária;</p> <p>c) Monitorar e avaliar regularmente a situação da segurança alimentar e nutricional dos diferentes grupos de população, desagregando por sexo, idade, necessidades específicas (mulheres grávidas, pessoas com deficiência);</p> <p>d) Monitorar e controlar as principais pragas e doenças das culturas;</p> <p>e) Limpar as fontes de água, valas de drenagem, canais e reservatórios;</p> <p>f) Retirar antecipadamente os diversos</p>	<p>a) Realizar avaliação rápida de SAN pós choque nas zonas afetadas;</p> <p>b) Efetuar o levantamento preliminar dos produtores e áreas agrícolas afetadas;</p> <p>c) Reajustar os planos de aprovisionamento de insumos;</p> <p>d) Realizar monitorias regulares (com base no calendário de monitorias) para deteção precoce de pragas e doenças e tomada de medidas de controlo atempadas;</p> <p>e) Promover a assistência técnica aos produtores familiares, incluindo mulheres;</p> <p>f) Controlar a qualidade das sementes comercializadas e das variedades libertadas;</p> <p>g) Disponibilizar pesticidas para o controlo</p>	<p>a) Monitorar regularmente a situação da segurança alimentar e nutricional dos diferentes grupos de população, desagregando por sexo, idade, necessidades específicas (mulheres grávidas, pessoas com deficiência);</p> <p>b) Realizar feiras de insumos agrícolas e agropecuárias;</p> <p>c) Aproveitar as baixas e terras húmidas para o cultivo de culturas de ciclo curto;</p> <p>d) Aproveitar a água nas áreas irrigadas através de práticas que promovam a preservação da humidade no solo;</p> <p>e) Ativar clínicas de plantas para apoio atempado aos produtores;</p> <p>f) Providenciar pesticidas aos armazéns regionais para intervenção rápida no</p>

<p>equipamentos, dos locais inundáveis</p> <p>g) Pré-posicionar insumos agrícola, medicamentos, drogas carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso;</p> <p>h) Identificar zonas seguras para o refúgio do gado;</p> <p>i) Deslocar as manadas de gado das zonas de risco de ocorrência de inundação e das zonas inundadas;</p> <p>j) Promover a conservação de forragens para época seca e a produção de suplementos para os animais;</p> <p>k) Reabilitar corredores de tratamento, chuveiros e pontos de abeberamento;</p> <p>l) Monitorar permanentemente a situação sanitária com enfoque para a Febre Aftosa, Febre do Vale do Rift.</p>	<p>das pragas migratórias, pragas emergentes de importância económica;</p>	<p>controlo de pragas e doenças</p> <p>g) Adotar e usar tecnologias de captação e conservação de água;</p> <p>h) Fomentar e multiplicar culturas tolerantes a seca;</p> <p>i) Reabilitar as infraestruturas pecuárias e pontos de abeberamento afetados;</p> <p>j) Intensificar a vigilância epidemiológica e a Inspeção dos efetivos pecuários</p> <p>k) Promover e intensificar a realização de banhos carracidas, desparasitações e o tratamento de animais nas zonas afetadas;</p> <p>l) Disponibilizar os medicamentos, drogas carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso</p> <p>m) Apoiar as mulheres agricultoras com incentivos insumos agrícolas</p>
Instituição: MINEDH		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Acompanhar a evolução da situação meteorológica e divulgar através das equipas dos distritos como Directores dos SDEJT, Pontos Focais, Directores de escolas, Coordenadores das Zips, Professores e líderes comunitários;</p> <p>b) Monitorar o funcionamento dos Comitês</p>	<p>a) Fazer o levantamento dos danos causados pelo fenómeno.</p> <p>b) Fazer o registo de alunos, professores e infra-estruturas afectadas, para maior eficácia na distribuição de materiais existentes;</p> <p>c) Implementar medidas de proteção de</p>	<p>a) Avaliação das necessidades de reabilitação escolar, construção de novas salas de aulas ou outras necessidades;</p> <p>b) Aquisição e disponibilização de salas provisórias (lonas e tendas escola) nas escolas afectadas;</p>

<p>escolar de Gestão de Riscos de Desastres (CEGRD) nos distritos.</p> <p>c) Monitoria dos armazéns para fazer o inventário de todos os materiais pré-posicionados e avaliar as condições dos mesmos;</p> <p>d) Capacitar professores em matéria de Apoio Psicossocial para acompanhamento psicológico das crianças afectadas pelos desastres naturais.</p> <p>e) Adquirir materiais de construção para a reposição das coberturas e mobiliários das instituições educacionais;</p> <p>f) Preparar os materiais de prontidão Quadros, Lonas, Tendas e Kits (Escola, Recreação, Aluno, Professor);</p> <p>g) Capacitar os pontos focais da Educação em matérias de difusão de medidas de prevenção contra desastres;</p> <p>h) Mobilizar os professores CEGRD para a difusão de medidas de prevenção contra desastres;</p> <p>i) Realizar a monitoria da seguranças das escolas.</p>	<p>crianças no abrigo seguro;</p> <p>d) Proporcionar acções de resposta imediatas nas escolas afectadas;</p> <p>e) Promover o acompanhamento psicossocial e supervisionar o processo de ensino e aprendizagem aos alunos e professores afectados;</p> <p>f) Distribuição de kits de abrigo e alimentar aos professores e funcionários que perderam os seus pertences durante o desastre natural;</p> <p>g) Capacitar os responsáveis pelas escola-abrigo em matérias de gestão de emergências, prevenção dos riscos de protecção (estabelecimento de centros provisórios, questões de género, VBG, segurança, grupos sociais vulneráveis);</p> <p>h) Assegurar a distribuição de kits de dignidade para raparigas em idade escolar.</p>	<p>c) Fornecer kits escolares compostos por material didático aos alunos e professores que perderam o seu material durante a ocorrência do evento natural na sua comunidade ou escola;</p> <p>d) Promover o acompanhamento psicológico das crianças afectadas pelos desastres naturais;</p> <p>e) Promover a reinserção escolar das raparigas e combater o abandono escolar;</p> <p>f) Monitoria de acções de resposta dos parceiros no âmbito dos desastres;</p> <p>g) Reconstrução e reabilitação das infra-estruturas escolares, tendo em conta questões de género (latrinas separadas, seguras e adequadas para a higiene feminina) ;</p> <p>h) Capacitar os professores em matéria sobre Apoio Psicossocial em situações de Emergência;</p> <p>i) Formar e Capacitar Comitês Escolares de Gestão de Riscos de Desastres.</p>
Instituição: INAM		
Prontidão	Resposta	Recuperação
a) Interpretar e divulgar a previsão climática sazonal e implicações para os	a) Intensificar a monitoria dos fenómenos meteorológicos;	a) Avaliar o comportamento dos fenómenos meteorológicos e seus

<p>diversos pontos do país;</p> <p>b) Monitorar permanentemente os fenómenos meteorológicos e divulgar previsões de alerta com base em impactos;</p> <p>c) Reforçar a capacidade de observação nas estações meteorológicas;</p> <p>d) Repor os meios necessários para a comunicação e transmissão da informação.</p>	<p>b) Divulgar os avisos e alertas com indicação da magnitude do fenómeno, seus impactos e zonas de risco;</p> <p>c) Produzir informações de acompanhamento da evolução dos fenómenos.</p>	<p>impactos na planificação e execução dos planos/estratégias de recuperação pós-emergências.</p> <p>b) Repor dos equipamentos danificados durante a emergência</p>
--	--	---

Instituição: MTA

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Identificar as áreas para reassentamento em zonas seguras, com o envolvimento das comunidades locais e obedecendo os procedimentos socio-ambientais;</p> <p>b) Mapear os centros de acomodação, com o envolvimento das comunidades locais -incluindo mulheres e raparigas- e obedecendo os procedimentos socio-ambientais;</p> <p>c) Sensibilizar as populações para se retirarem das zonas de risco de desastres;</p> <p>d) Sensibilizar o plantio de árvores de sombra e mudas nos bairros de reassentamento;</p> <p>e) Mobilizar parceiros para apoiar no plano de resposta.</p>	<p>a) Promover a elaboração dos instrumentos de Ordenamento Territorial e organizar os Centro de acomodação /reassentamento tendo em conta o género;</p> <p>b) Identificar nos instrumentos de ordenamento territorial áreas seguras para expansão urbana;</p> <p>c) Demarcar e atribuir talhões para reassentamento;</p> <p>d) Incorporar os bairros de reassentamento no cadastro nacional de terras;</p> <p>e) Prestar assistência técnica no processo de implantação dos abrigos temporários e centros de acomodação nos bairros de reassentamento, tendo em conta os procedimentos socio-ambientais;</p>	<p>a) Cadastrar as famílias e sua distribuição física;</p> <p>b) Mapear as áreas seguras para assentamentos humanos;</p> <p>c) Mapear as necessidades dos diferentes grupos da população para o reassentamento;</p> <p>d) Assegurar que o processo de reassentamento responda as necessidades dos diferentes grupos de população, incluindo as questões de género;</p> <p>e) Assegurar que o processo de expansão dos bairros de reassentamento seja de forma ordenada com uso do Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico e procedimentos socio-</p>

<p>f) Identificar e colocar de placas de proibição nas áreas suscetíveis a desastres naturais;</p>	<p>f) Participar no levantamento socio-ambiental das áreas afectadas pela seca e cheias.</p> <p>g) Assegurar a participação comunitária nos processos de reassentamentos tendo em conta os diferentes grupos da população</p>	<p>ambientais;</p> <p>f) Prestar assistência técnica na elaboração do Plano de Acção de Resiliência;</p> <p>g) Participar activamente no processo de reassentamento das populações;</p> <p>h) Elaborar o plano de pormenor dos bairros de reassentamento;</p> <p>i) Elaborar o mapa de risco de modo a apoiar os planos de reconstrução/recuperação e os planos locais de acção de resiliência;</p> <p>j) Incorporar a componente das mudanças climáticas e de género nos instrumentos de ordenamento territorial;</p> <p>k) Monitorar e implementar os Planos nos bairros de reassentamento;</p> <p>l) Apoiar os governos distritais e municipais na elaboração dos Planos Locais de Adaptação (PLA).</p> <p>m) Atribuir DUATs em áreas planificadas e demarcadas.</p> <p>n) Promover a realização de cadastro e atribuição do respectivo Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) nos bairros de reassentamento.</p>
--	---	---

Instituição: MIC		
Prontidão	Resposta	Recuperação
a) Avaliar a disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens essenciais; b) Mobilizar e estabelecer contactos com potenciais fornecedores de bens e serviços durante e depois da ocorrência da emergência; c) Identificar, definir e mapear os fluxos de bens de consumo, das zonas excedentárias ou com disponibilidade para as zonas de risco; d) Promover campanhas de sensibilização a operadores económicos a fim de garantir a reserva alimentar das populações; e) Elaborar um cadastro de fornecedores nas zonas de risco.	a) Comprar produtos alimentares em locais alternativos e seguros; b) Emitir pareceres sobre a entrada de produtos para a emergência; c) Participar na triagem de produtos doados antes de serem distribuídos d) Monitorar as distribuições de produtos para assegurar a proteção contra abusos e exploração e) Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais afectados por desastres; f) Monitorar os mercados internos e a variação dos preços; g) Prevenir a distribuição e comercialização de produtos deteriorados, destinados a assistência humanitária; h) Fazer levantamento de infraestruturas comerciais e industriais danificadas no âmbito de desastres.	a) Apoiar nos processos de aquisição/compras de produtos; b) Emitir pareceres para a entrada de produtos doados para a emergência; c) Repor a rede comercial danificada nas zonas afectadas; d) Participar e estimular acções de processamento e fortificação nutricional de produtos alimentares; e) Prevenir a comercialização de produtos deteriorados e destinados a assistência humanitária; f) Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais afectados por desastres; g) Avaliar os resultados sobre o processo de abastecimento de produtos; h) Mobilizar agentes económicos para a reposição dos stocks; f) Realizar feiras de produtos de primeira necessidade e agrícolas no período de desastre g) Promover actividades de geração de renda com forma de reduzir o impacto dos desastres e combate à fome.
Instituição: MIMAIP		
Prontidão	Resposta	Recuperação

<ul style="list-style-type: none"> a) Identificar locais para atracagem das embarcações de pesca; b) Identificar possíveis fontes de financiamento para as actividades do sector, priorizadas no quadro das acções de prontidão, resposta e recuperação; c) Identificar, sensibilizar os proprietários locais de embarcações que possam reforçar o processo de busca e salvamento bem como o transporte de bens alimentares; d) Sensibilizar os pescadores para não se fazerem ao Mar durante a vigência do alerta de mau tempo e para retirada das suas embarcações e artes do mar para os locais seguros face aos alertas das autoridades. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Fazer avaliação rápida dos danos registados durante a ocorrência do desastre; b) Apoiar o processo de reposição dos tanques piscícolas, embarcações, artes de pesca, Infraestruturas de apoio a pesca eventualmente danificados; c) Prestar assistência técnica aos piscicultores na reabilitação e construção de tanques em locais seguros 	<ul style="list-style-type: none"> a) Avaliar e monitorar regularmente a implementação do plano/estratégias de (re)construção e recuperação; b) Assegurar que todos os pescadores e piscicultores afectadas pelas intempéries tenham acesso a meios para continuar suas actividades;
Instituição: MGCAS		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<ul style="list-style-type: none"> a) Disseminar mensagens sobre Protecção para os grupos vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, doentes crónicos e pessoas com deficiência); b) Assegurar que os dados sejam desagregados por sexo, idade, condição sociodemográfica (gestantes, lactantes, idosos, etc) e grau de parentesco, durante o processo de identificação das pessoas em risco ou afectadas; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Realizar o levantamento rápido dos grupos vulneráveis afectados e das suas necessidades (crianças, idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência, mulheres e particularmente as mulheres grávidas); b) Realizar acções de monitoria do impacto dos desastres, da assistência humanitária e protecção dos grupos vulneráveis, no sector do Género, Criança e Acção 	<ul style="list-style-type: none"> a) Sensibilizar a componente de violência baseada no género, nos centros de acomodação e/ou bairros de reassentamento; b) Realizar visitas de monitoria as áreas afectadas para garantir que todos os grupos vulneráveis identificados tenham acesso aos serviços sociais protecção e saúde; c) Divulgar informações sobre os

<p>c) Sensibilizar todos os actores humanitários para a inclusão de mulheres, raparigas e outros grupos de risco nos processos de tomada de decisão e denúncia de violações aos seus direitos;</p> <p>d) Revitalizar os Pontos Focais Provinciais e Distritais do sector do Género, Criança e Acção Social, sobre protecção em emergência, incluindo as componentes de prevenção e respostas a violência baseada no género, bem como medidas de Prevenção contra Covid-19;</p> <p>e) Mobilizar fundos junto aos parceiros de cooperação do sector de Protecção para aquisição de kits de dignidade, família e de recreação, mascaras de protecção, álcool gel, baldes com torneiras e sabão;</p> <p>f) Pré-posicionar kits de dignidade, família, de rastreio e reunificação familiar e de recreação, e de protecção do Covid-19;</p> <p>g) Mapear mecanismos comunitários de protecção à criança que possam ser fortalecidos com vista a mitigar os riscos de violência contra crianças, em particular raparigas adolescentes;</p> <p>h) Identificar os grupos vulneráveis elegíveis aos Programas de Protecção</p>	<p>Social;</p> <p>c) Conduzir a avaliação rápida sectorial e complementar com dados secundários desagregados</p> <p>d) Distribuir kits de assistência aos grupos vulneráveis em articulação com os outros sectores;</p> <p>e) Distribuição de kits de higiene e dignidade;</p> <p>f) Divulgar informações sobre os serviços de atendimento/assistência às adolescentes e mulheres vítimas de violência;</p> <p>g) Divulgar mensagens para prevenção e resposta ao PSEA (abuso e exploração sexual);</p> <p>h) Implementar actividades recreativas para adolescentes e criação provisão de serviços amigos do adolescente e jovens;</p> <p>i) Monitorar a assistência humanitária e Protecção à grupos vulneráveis (com especial atenção para os grupos vulneráveis nos centros de transito);</p> <p>j) Operacionalizar e divulgar os mecanismos de denúncia e referência sensíveis ao género e a criança;</p> <p>k) Prestar apoio psicossocial;</p> <p>l) Monitorar o processo de recolha, análise</p>	<p>serviços e locais de atendimento às crianças e mulheres vítimas de violência e abuso;</p> <p>d) Identificar beneficiários elegíveis para os programas de Protecção Social Implementar Programas de Protecção Social no âmbito da construção pós desastre em coordenação com o INGD e outros actores;</p> <p>e) Garantir a participação das comunidades (afectadas e acolhedoras), incluindo mulheres e raparigas no processo de tomada de decisão em relação ao reassentamento;</p> <p>f) Realização de visitas de monitoria as áreas afectadas para garantir que todos os grupos vulneráveis identificados tenham acesso aos serviços sociais protecção e saúde;</p> <p>g) Divulgação de informações sobre os serviços e locais de atendimento às crianças e mulheres vítimas de violência e abuso;</p>
--	--	---

<p>Social no âmbito da resposta a emergências;</p> <p>i) Coordenar todos actores envolvidos nos Programas de Protecção Social com base em transferências monetárias, acção produtiva e assistência alimentar;</p>	<p>e divulgação de dados desagregados por sexo, idade, condição sociodemográfica (gestantes, lactantes, idosos, etc) e grau de parentesco;</p> <p>m) Activação dos mecanismos de prevenção e resposta contra a violência e abuso, incluindo divulgar informações sobre os serviços de atendimento às adolescentes e mulheres vítimas de violência;</p> <p>n) Apoio a actividades recreativas para adolescentes e criação provisão de serviços amigos do adolescente e jovens;</p> <p>o) Assegurar uma abordagem sensível à Violência Baseada no Género com os padrões mínimos de protecção;</p> <p>p) Assegurar a presença de pessoal treinado (incluindo mulheres e sensível ao género);</p> <p>q) Mapear mecanismos comunitários de protecção à criança que possam ser fortalecidos com vista a mitigar os riscos da violência contra crianças, em particular raparigas adolescentes;</p> <p>r) Aumentar a oferta de serviços de Protecção e referência favoráveis às mulheres para melhorar a comunicação e resposta.</p>	
---	--	--

	<p>s) Formar trabalhadores comunitários locais tendo em conta as necessidades de Protecção (Código de Conduta), os mecanismos de referência, e confidencialidade;</p> <p>t) Implementar Programas de Protecção Social no âmbito da resposta a emergências em coordenação com o INGD e outros actores;</p>	
Instituição: MISAU		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Melhorar a capacidade de detecção precoce das doenças com potencial epidémico, através da intensificação da vigilância epidemiológica.</p> <p>b) Identificar e treinar Actores Comunitários de Saúde, bem como outro pessoal técnico de saúde para a prestação de cuidados médicos básicos as populações em situação de emergência;</p> <p>c) Sensibilizar Actores Comunitários de Saúde, bem como outro pessoal técnico de saúde sobre Protecção contra Exploração e Abuso Sexual, Mecanismo de Queixas e Reclamações, garantindo a acessibilidade, igualdade e equidade de género;</p>	<p>a) Alocar mais pessoal e meios de diagnóstico de laboratório na detecção das principais doenças epidémicas;</p> <p>b) Identificar espaços para montagem de tendas hospitalares para atendimento dos doentes, bem como armazenamento de material médico-cirúrgico e outros;</p> <p>c) Prover serviços de saúde sexual e reprodutiva nos serviços de amigos do adolescente e jovens (SAAJ);</p> <p>d) Assegurar serviços acessíveis, de qualidade e responsáveis tendo em conta as questões de género;</p> <p>e) Prover serviços básicos de HIV e SIDA e outras ITS no que concerne à Prevenção da Transmissão Vertical, Rastreio de ITS, cuidados e tratamento;</p>	<p>a) Manter a vigilância epidemiológica de rotina pós emergência.</p> <p>b) Recolher e conservar o material usado para o atendimento hospitalar;</p> <p>c) Manter e garantir o funcionamento normal das Unidades Sanitárias;</p> <p>d) Assegurar aderência ao tratamento de doenças crónicas (Hipertensão arterial, Diabetes, HIV Tuberculose e outras);</p> <p>e) Assegurar o acesso a serviços de saúde as mulheres grávidas, lactantes, crianças e idosos;</p> <p>f) Assegurar o acesso a serviços de resposta a casos de VBG;</p> <p>g) Sensibilizar pessoal médico e paramédico, voluntários e actores comunitários em detecção e referência</p>

<p>d) Pré-posicionar materiais de Emergência;</p> <p>e) Divulgar mensagens-chave de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre a prevenção de enfermidades relacionadas com a época chuvosa;</p> <p>f) Aprovevisionar stocks suficientes de produtos terapêuticos (F-75, F-100, ATPU, BP-5 e ReSoMal) e suplementos nutricionais (Ferro, Acido Fólico, Vitamina A, Mebendazol) e medicamentos de rotina.</p> <p>g) Identificar pessoas vivendo com doenças crónicas (HIV, Tensão arterial, Diabetes) nas zonas de risco e manter confidencialidade em relação as doenças crónicas.</p> <p>h) Reposicionar equipamento para instalação de infraestruturas de saúde temporárias (lonas, tendas, kits hospitalares) Criar equipas médicas de emergências;</p> <p>i) Pré posicionar equipas treinadas em matérias de água e saneamento;</p> <p>j) Coordenar com parceiros a aquisição de material de higiene e saneamento do meio;</p> <p>k) Implementar todas as medidas básicas de prevenção contra a COVID-19</p>	<p>f) Fornecer suplementos nutricionais e medicamentos (ATPU, ASPU, F75, CSB++, Super Cereal, BP-5 e F100, mebendazol, Vitamina A e Micronutrientes em pó);</p> <p>g) Monitorar a continuidade do tratamento de pessoas com doenças crónicas (HIV, Tensão arterial, Diabetes), assim como as suas profilaxias;</p> <p>h) Distribuir preservativos e fazer campanhas de sensibilização para prevenção do HIV e Violência Baseada no Género;</p> <p>i) Realizar avaliação rápida dos danos das infraestruturas hospitalares;</p> <p>j) Adotar medidas alternativas para reparação de danos ligeiros nas infraestruturas hospitalares para provisão de serviços básicos e essenciais de saúde;</p> <p>k) Destacar equipas médicas de emergência incluindo material médico-cirúrgico.</p> <p>l) Implementar as actividades do WASH Implementar todas as medidas básicas de prevenção contra a COVID-19;</p> <p>m) Monitoria dos produtos abrangidos pelo código nacional de comercialização dos substitutos do leite materno (leite</p>	<p>das VBG;</p> <p>h) Manter stocks de suplementos nutricionais e medicamentos (ATPU, ASPU, F75, CSB++, Super Cereal, BP-5 e F100, mebendazol, Vitamina A e Micronutrientes em pó).</p> <p>i) Suplementar com ferro/ ácido fólico para as mulheres grávidas, até 3 meses após o parto e raparigas adolescentes 10-19 anos;</p> <p>j) Realizar a triagem nutricional a todas as crianças menores de 5 anos, adolescentes até 15 anos e mulheres grávidas e lactentes;</p> <p>k) Continuar com as actividades de promoção, protecção a alimentação infantil.</p> <p>l) Distribuir material educativo sobre alimentação infantil e aleitamento materno a população afectada.</p> <p>m) Formar grupos de mães e parceiros sobre práticas de alimentação infantil nas zonas afectadas;</p> <p>n) Promover e divulgar os alimentos localmente disponíveis com elevado valor nutricional.</p> <p>o) Garantir a referência para as Unidades Sanitárias para a continuidade dos serviços básicos de saúde;</p>
--	---	---

<p>l) Identificar as barreiras e necessidades específicas dos diferentes grupos da população em temas de prevenção de pandemias (Saúde sexual e da reprodução, HIV, GBV, saúde materna e neonatal, etc)</p>	<p>artificial, biberões, chuchas);</p> <p>n) Sensibilizar Actores Comunitários de Saúde, bem como outro pessoal técnico de saúde sobre Protecção contra Exploração e Abuso Sexual, Mecanismo de Queixas e Reclamações, garantindo a acessibilidade, igualdade e equidade de género;</p> <p>o) Distribuição de redes mosquiteiras.</p>	<p>p) Realizar o levantamento exaustivo dos danos das infraestruturas sanitárias, elaboração do plano de reconstrução e implementação do mesmo, tendo em conta as questões de resiliência;</p> <p>q) Monitorar e continuar a implementar todas as medidas básicas de prevenção contra a COVID-19;</p> <p>r) Monitoria dos produtos abrangidos pelo código nacional de comercialização dos substitutos do leite materno (leite artificial, biberões, chuchas);</p> <p>s) Sensibilizar Actores Comunitários de Saúde, bem como outro pessoal técnico de saúde sobre Protecção contra Exploração e Abuso Sexual, Mecanismo de Queixas e Reclamações, garantindo a acessibilidade, igualdade e equidade de género;</p>
---	---	--

Instituição: MOPHRH/DNGRH

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Realização da reunião de preparação da época chuvosa 2022/23;</p> <p>b) Divulgação do Plano de Contingência e coordenação das acções entre a DNGRH, Governos Provinciais e</p>	<p>a) Permanente troca de informação com as Administrações Regionais de Águas (ARAs-IPs), Instituto Nacional de Meteorologia (INAM-IP), Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), Barragem de</p>	<p>a) Preparação e disseminação do relatório da avaliação da época chuvosa 2022/23</p> <p>b) Realização da reunião de balanço da época chuvosa 2022/23. Inspeção</p>

<p>Distritais, ARAs-PIs e Parceiros de cooperação;</p> <p>c) Actualização da lista de pontos focais nacionais e internacionais;</p> <p>d) Verificação dos meios de comunicação nomeadamente: Telefones e Rádios;</p> <p>e) Aquisição de recargas de telefone para técnicos e Leitores das Estações do Sistema de Aviso de Cheias (SAC);</p> <p>f) Manutenção de meios circulantes (Viaturas) e embarcações;</p> <p>g) Realização de encontros com outras entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro e Zinwa do Zimbabwe, ARA-Zambeze e a congénera da Zâmbia</p> <p>h) Inspeção e manutenção da rede hidrológica do Sistema de Aviso de Cheias (SAC);</p> <p>i) Campanhas de medição de caudal.</p> <p>j) Gestão das albufeiras tendo em conta os cenários dos caudais afluentes e a situação a jusante de cada bacia hidrográfica.</p>	<p>Chicamba e outras entidades nacionais de recolha de dados hidro-meteorológicos;</p> <p>b) Comunicação permanente com entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro-IP e ZINWA do Zimbabwe, e a congénera da Zâmbia;</p> <p>c) Intensificação da monitoria sistemática dos níveis de água/caudais bem como a previsão dos mesmos usando modelos já existentes (garantir informação em tempo útil);</p> <p>d) Emissão e disseminação diária de Boletins Hidrológicos ao nível Regional (ARAs-IPs) e Nacional (DNGRH) a partir de 01 de Dezembro de 2022 até 30 de Abril de 2023, dependendo da situação hidrológica prevalecente;</p> <p>e) Emissão de comunicados de imprensa;</p> <p>f) Continuação com a realização de campanhas de medição de caudal.</p>	<p>e reabilitação da rede hidro-climatológica pós-cheias;</p>
Instituição: MOPHRH/DNAAS		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Actualizar os dados sobre materiais existentes nos armazéns regionais e</p>	<p>a) Coordenar com parceiros, o restabelecimento do abastecimento de</p>	<p>a) Coordenar com parceiros e outros sectores, preparar e disseminar</p>

<p>provinciais e necessidades para responder a emergência;</p> <p>b) Pré-posicionamento estratégico de bens e suprimentos de emergência;</p> <p>c) Pré-posicionar equipamentos e materiais para tratamento, conservação, transporte e distribuição de água;</p> <p>d) Coordenar com os parceiros e outros sectores as ações de WASH a levar a cabo na emergência</p>	<p>água e saneamento (assegurando a disponibilidade de quantidades mínimas recomendadas em situação de emergência);</p> <p>b) Coordenar com parceiros em relação ao processo de fornecimento de equipamentos e materiais para tratamento e distribuição de água, etc)</p> <p>c) Construção de latrinas; Assegurar o apoio técnico às pessoas afectadas na construção de latrinas;</p> <p>c) Efectuar permanente troca de informação com as instituições responsáveis para a gestão de emergência;</p> <p>d) Monitoria dos centros de acomodação e garantir o acesso suficiente, seguro, digno e equitativo aos serviços WASH (água segura, sanitários com sensibilidade em relação ao género);</p>	<p>informação sobre a avaliação da época chuvosa;</p> <p>b) Implementar e monitorar o plano de recuperação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento danificadas;</p> <p>c) Monitorar os bairros de reassentamento e garantir o acesso suficiente, seguro, digno e equitativo aos serviços WASH (água segura, sanitários com sensibilidade em relação ao género).</p>
--	--	---

Instituição: MPHRH		
Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Identificar, inventariar e inspecionar os locais seguros para acomodação provisória, obedecendo os procedimentos sócio ambientais;</p> <p>b) Identificar rotas de evacuação rápida com o envolvimento das comunidades</p>	<p>a) Participar na inventariação preliminar dos danos em habitação;</p> <p>b) Participar sempre que necessário na coordenação, registo e controlo do número das famílias afectadas nos centros de acomodação provisória (CA),</p>	<p>a) Participar na supervisão e prestar assistência técnica na construção/construção de casas;</p> <p>b) Divulgar a versão electrónica do guião de construção de habitação resiliente;</p> <p>c) Prestar assistência técnica na produção</p>

<p>visadas, incluindo os grupos vulneráveis e as necessidades dos diferentes grupos (sexo, idade, pessoas com deficiência, mulheres grávidas) ;</p> <p>c) Avaliar o nível de capacidade de acomodar novas famílias nos Bairros;</p>	<p>tendo em conta a desagregação por sexo, idade, condição sociodemográfica (gestantes, lactantes, idosos, etc) e grau de parentesco;</p> <p>c) Participar na construção de abrigos provisórios (tendas) em áreas seguras para as populações afectadas, com medidas responsivas ao género;</p> <p>d) Coordenar a transferência das populações afectadas dos CA para os seus locais de residência ou para os BRs (existentes/novos);</p>	<p>de materiais de construção com base nos recursos locais;</p> <p>d) Divulgar técnicas de construção de habitação resiliente, utilizando materiais locais.</p>
---	---	---

Instituição: MOPHRH/ANE

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Mobilizar fundos para responder as actividades de emergência;</p> <p>b) Realizar a Limpeza dos sistemas de drenagem em áreas de risco de inundações urbanas;</p> <p>c) Efectuar o reposicionamento de equipamentos e materiais para a continuidade da manutenção das principais vias de acesso da rede rodoviária durante o período chuvoso;</p> <p>d) Prover a sinalização de infraestruturas rodoviárias nas zonas de risco.</p> <p>e) Reforçar a educação cívica e consciencialização dos transportadores de carga, no sentido de cumprir com a</p>	<p>a) Informar ao CTGRD do ponto de situação sobre transitabilidade das estradas;</p> <p>b) Divulgar, nos órgãos de informação, as vias alternativas nas situações em que ocorra interrupção numa estrada devido ao corte e/ou destruição dos órgãos de drenagem provocado pelas chuvas;</p> <p>c) Limitar a velocidade de circulação de Veículos (< 40Km/hora) durante o período chuvoso ao longo das estradas não revestidas e na travessia de estruturas hidráulicas e/ou obras de arte, de modo a evitar escorregamentos, despistes, capotamentos, danificação das</p>	<p>a) Repor a rede rodoviária afectada tendo em conta os procedimentos de Higiene e Segurança Ocupacional;</p> <p>b) Mobilizar Pontes metálicas e peças pré-fabricadas a partir dos respectivos armazéns regionais (Sul, Centro e Norte) para a construção de passagens hidráulicas, em caso de corte de alguma estrada.</p> <p>c) Realizar um levantamento exaustivo de danos registados durante a emergência para a elaboração, orçamentação e implementação do plano de reconstrução resiliente;</p> <p>d) Monitorar o processo de reconstrução.</p>

<p>interdição da circulação dos camiões durante o período chuvoso na rede de estradas não revestida.</p> <p>f) Identificar e alistar atempadamente os empreiteiros com capacidade de mobilização imediata (equipamento, pessoal, etc.), de modo a responder às Solicitações de emergências. (Em curso) Os Empreiteiros de Manutenção de Rotina estão avisados para responder nos troços onde tem contrato.</p> <p>g) Garantir que nos estaleiros de cada região (Sul, Centro e Norte), existam pelo menos 2.000m de pontes metálicas em prontidão para atender a situações de emergência.</p> <p>h) Criar Acampamentos de Estradas para servirem de Brigadas de Manutenção de Estradas e Reparação de Obras de Emergência com mínimas condições- Em curso;</p> <p>i) Reforçar as infraestruturas existentes nas zonas de risco, com a construção, reabilitação ou reforço dos órgãos de drenagem, para que se tornem resilientes.</p> <p>j) Formação dos transportadores e trabalhadores envolvidos na resposta humanitária sobre prevenção e proteção</p>	<p>estruturas.</p> <p>d) Monitorar a situação, através das comissões de emergência, que envolvem os Governos Distritais, os líderes comunitários, as comunidades residentes ao longo das vias, a Polícia de Trânsito, a equipe de Fiscalização e Técnicos da ANE.</p> <p>e) Monitorar diariamente as condições de transitabilidade na rede de Estradas das Províncias, contando para a materialização desta acção com a colaboração dos Governos Distritais, através dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas;</p> <p>f) Mobilizar rapidamente empreiteiros para reparações de emergência (Reparação de estruturas de drenagem e algumas actividades de manutenção periódica ou de melhoramento localizados como abertura de valetas, abaulamentos, reparações de plataformas, ensaibramento, remoção de objectos estranhos nas estradas, etc.) com vista a garantir a reposição da transitabilidade cómoda e segura de estradas;</p> <p>g) Receber informações de danos que superem a capacidade de intervenção ao</p>	
--	---	--

<p>contra exploração e abuso sexual;</p> <p>k) Partilhar o plano de contingência sectorial com o nível provincial;</p>	<p>nível da Província com vista a garantir uma intervenção de nível central;</p> <p>h) Reforçar a sinalização de emergência de modo a evitar acidentes e outros transtornos que possam ser ocasionados pela situação de emergência.</p>	
--	---	--

Instituição: MIREME/ENERGIA

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Criar equipas de avanço para as zonas de risco de desastre com base na previsão climática para época 2022/2023;</p> <p>b) Pré-posicionar os grupos geradores de emergência, combustível e logística de transporte em todas as cidades capitais para garantir serviços mínimos;</p> <p>c) Monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios.</p> <p>d) Assegurar stocks mínimos de materiais para intervenção de emergência, sobretudo nas zonas recônditas cujo acesso é facilmente afectado pelas intempéries;</p>	<p>a) Assegurar a participação de todo o pessoal operativo nas induções sobre o código de conduta durante o período de assistência humanitária;</p> <p>b) Monitorar permanentemente o comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios;</p> <p>c) Fazer o levantamento rápido das áreas com a rede eléctrica danificada;</p> <p>d) Repor a rede eléctrica nas zonas afectadas por desastres;</p> <p>e) Instalar sistemas de energia fotovoltaica para a prestação de serviços mínimos nos centros de acomodação e bairros de reassentamento e infraestruturas sociais.</p>	<p>a) Assegurar a participação de todo o pessoal operativo nas induções sobre o código de conduta durante o período de assistência humanitária;</p> <p>b) Recuperar e repor rapidamente todo sistema eléctrico danificado por desastres;</p> <p>c) Monitorar os trabalhos de recuperação de todas as infraestruturas do sector de energia;</p> <p>d) Garantir o fornecimento contínuo de energia aos centros de reassentamento e infraestruturas sociais básicas.</p>

Instituição: MIREME/INAM

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Realizar campanhas de educação cívica e divulgar normas de evacuação e protecção sobre cuidados a ter antes,</p>	<p>a) Produzir comunicados de imprensa, em tempo útil, isto é, em menos de 2 horas após a ocorrência do sismo;</p>	<p>a) Levantamento do grau de erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo</p>

<p>durante e após a ocorrência de sismos e tsunamis;</p> <p>b) Difundir comunicados e avisos adaptados aos diferentes grupos de população;</p> <p>c) Pré-posicionar meios para a resposta em casos de desastres;</p> <p>d) Monitorar todos os eventos sísmicos com epicentro em Moçambique e no Canal de Moçambique ou nos países vizinhos que tenham impacto em Moçambique;</p> <p>e) Coordenar com o INAM, CENOE e INAHINA a funcionalidade do sistema de aviso prévio de sismos e tsunamis.</p>	<p>b) Preparar informação sobre a ocorrência de eventos sísmicos com epicentro em Moçambique (parte continental e oceânica) ou nos países vizinhos, mas que se tenham sentido no território nacional;</p> <p>c) Avaliação rápida do grau de erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo desastre geológico;</p> <p>d) Monitorar as réplicas dos eventos sísmicos;</p> <p>e) Levantamento rápido dos danos visíveis nas infraestruturas sociais e habitacionais das regiões afectadas pelos desastres geológicos.</p>	<p>desastre geológico;</p> <p>b) Levantamento dos danos visíveis nas infraestruturas sociais e habitacionais das regiões afectadas pelos desastres geológicos;</p> <p>c) Garantir o funcionamento da Rede Nacional de Estações Sismográficas (RNES);</p> <p>d) Monitor e avaliar os impactos da campanhas de educação cívica no território nacional;</p>
--	--	--

Instituição: MICULTUR

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Mapear as instâncias turísticas localizadas nas zonas de risco e cadastrar os recursos e infraestruturas disponíveis para a resposta a emergências;</p> <p>b) Divulgar o plano de contingência junto dos Operadores Turísticos;</p> <p>c) Sensibilizar os Operadores turísticos localizados nas zonas de risco, sobre medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres;</p>	<p>a) Intensificar os apelos aos Operadores Turísticos, localizados nas zonas de risco;</p> <p>b) Fazer o levantamento dos danos registados nos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração durante a ocorrência dos desastres;</p> <p>c) Realizar visitas de monitoria as áreas afectadas e avaliar o grau de cumprimento das acções;</p>	<p>a) Realizar visitas de monitoria nas áreas afectadas e avaliar o grau de cumprimento das acções de resposta;</p> <p>b) Elaborar plano de recuperação pós desastre para o Sector da Cultura e Turismo;</p> <p>c) Avaliar as necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência das infraestruturas turísticas e culturais;</p> <p>d) Elaborar pacotes de isentivos fiscais</p>

<p>d) Disseminar mensagens de alerta junto dos Operadores Turísticos;</p> <p>e) Disseminar informação sobre prevenção e mitigação da COVID-19, no sector da cultura e turismo;</p> <p>f) Sensibilizar os fazedores das artes e cultura para se envolverem na divulgação das medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres através das artes;</p> <p>g) Produzir e divulgar cartazes e Sports publicitários orientados para a prevenção de desastres.</p>	<p>d) Sensibilizar os fazedores das artes para a difusão de mensagens de higiene e saneamento, Violência Baseada no Género (VBG), Protecção Contra Exploração e Abuso Sexual (PSEA), prevenção contra o Covid-19, Mecanismos de Queixa e Reclamação (MQR) no âmbito da assistência humanitária, etc</p>	<p>para dinamizar a actividade cultural e turística;</p> <p>e) Sensibilizar os fazedores das artes para a difusão de mensagens de higiene e saneamento, Violência Baseada no Género (VBG), Protecção Contra Exploração e Abuso Sexual (PSEA), prevenção contra o Covid-19, Mecanismos de Queixa e Reclamação (MQR) no âmbito da assistência humanitária, etc.</p>
---	---	---

Instituição: SED

Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>a) Sensibilizar os fazedores do desporto sobre as medidas de prevenção e mitigação de desastres</p>	<p>a) Providenciar infraestruturas desportivas locais para apoio transitório das populações afectadas;</p> <p>b) Promover actividades recreativas e desportivas nos centros de acomodação;</p> <p>c) Arolar os danos nas infraestruturas desportivas ocorridos devido a ocorrência de desastres.</p>	<p>a) Assegurar a inclusão de espaços recreativos e/ou desportivos nos planos dos bairros de reassentamento;</p> <p>b) Promover actividades recreativas e desportivas nos bairros de reassentamento;</p> <p>c) Elaborar um plano de reconstrução pós-desastres, das infraestruturas desportivas destruídas;</p> <p>d) Assegurar a reconstrução das infraestruturas pós-desastres</p>

Em relação a iniciativa piloto de estabelecimento de um Sistema de Aviso Prévio à seca ligado a Acções Antecipadas, o Governo conta um apoio financeiros do Programa Mundial para Alimentação, no valor de 46.6 milhões de MZN (Quarenta e Seis Milhões e Seiscentos Mil Meticais), para a implementação dos Planos Distritais de Acções Antecipadas dos distritos piloto de Chibuto e Guijá, na província de Gaza, Marara e Changara, na província de Tete, bem como nos distritos de Caia e Chemba, na província de Sofala. Importa realçar que 68% do fundo disponível será destinado à programas de Protecção Social e 42% destina-se a actividades de promoção da segurança alimentar e nutricional.

6. BENS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

6.1. Operações de Busca e Salvamento

As operações de busca e salvamento serão realizadas e coordenadas pela Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) para salvaguardar a vida das populações e segurança das infraestruturas afectadas. A UNAPROC a nível central e nas Delegações provinciais tem disponíveis 76 barcos para as operações de busca e salvamento -Ver tabela 8

Tabela 8: Operações de Busca e Salvamento

Resumo - Meios de busca e salvamento							
PROVÍNCIA	Barcos	Motores Barcos	Pontes Moveis	Camioes cisterna	Camioes	Tratores	Total
INEGC - Sede	12	15	8	2			37
Gaza	18	14			2		34
Inhambane	2	2					4
Total DRS	32	31	8	2	2	-	75
Tete	7	13					20
Manica	3					8	11
Sofala	23	34				84	141
Zambezia		11					11
Total DRC	33	58	-	-	-	92	183
Nampula	9	4					13
Niassa		1			3	3	7
Cabo Delgado	2	5				5	12
Total DRN	11	10	-	-	3	8	32
Total	76	99	8	2	5	100	290

6.2. Assistência alimentar

As necessidades para assistência alimentar (cereais, feijões, óleo, sal e açúcar) descritas no presente plano consideram três contextos:

- Assistência Alimentar a pessoas actualmente identificadas pelo SETAN como estando em situação de insegurança alimentar;
- Assistência alimentar a possíveis afectados pelas intempéries descritas no Cenário II do presente Plano de Contigência;
- Assistência alimentar aos deslocados de guerra gerados pela instabilidade na zona norte do País.

O último relatório do SETSAN indica que cerca de **511 mil pessoas** se encontram em situação de insegurança alimentar até Novembro de 2022. A estimativa de necessidades alimentares, cereais, feijões, óleo alimentar, açúcar e sal, **42.178 toneladas** para um período de 6 meses.

Foram igualmente projectadas cerca de **300 mil pessoas** que poderão necessitar de assistência alimentar caso se confirme o Cenário II do presente Plano de Contigência. A estimativa alimentar é de cerca de **12 mil toneladas** de produtos alimentares.

Finalmente, foi considerada a prevalecente situação dos actuais **1.122.440 deslocados de guerra** e que mesmo com os sinais de melhoria do cenário no teatro operacional norte, os mesmos poderão necessitar

de assistência alimentar por pelo menos 6 meses. Assim foram estimadas cerca de **85 mil toneladas** de produtos alimentares.

O total de produtos alimentares necessários é de cerca de **140 mil toneladas** e até o início do mês de Outubro, a Equipa Humanitária Nacional reportava uma **disponibilidade de cerca de 46 mil toneladas de produtos alimentares**. Ver Tabela 9.

Tabela 9: Assistência alimentar

Resumo - Assistência alimentar							
	Risco	Insan	deslocados	Total			
Pessoas por assistir	295 166	511 244	1 122 440	1 928 850			
Produtos	Quantidade em Toneladas			Total necessário (Ton)	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Cereais	8 855	30 675	67 346	106 876	36 068	2 000	(70 808)
Feijão Manteiga	1 771	6 135	13 469	21 375	7 008	200	(14 368)
Óleo alimentar	664	2 301	5 051	8 016	2 696	200	(5 320)
Açúcar	708	2 454	-	3 162	216	200	(2 946)
Sal	177	613	-	791	28	20	(763)
Total	12 176	42 178	85 867	140 220	46 016		(94 204)

Para fazer face ao défice identificado, o Fundo de Gestão de Calamidades, FGC, iniciou o processo de aquisição de cerca de **2.600 toneladas** de produtos diversos, conforme a tabela 10

Tabela 10: Aquisicoes em curso

Resumo - Aquisições em curso (em toneladas)		
Item	Quantidades	Valor estimado
Feijão Manteiga	200	22 000 000
Óleo Vegetal (1L=900grs)	180	21 600 000
Sal de Cozinha	20	300 000
Açúcar Castanho	200	16 000 000
Arroz	1 000	60 000 000
Milho	1 000	60 000 000
Total	2 600	179 900 000

6.3. Abrigo

Os principais materiais usados no sector do abrigo são as tendas, lonas e kit de ferramentas para instalação das tendas/lonas. Outro recurso para o abrigo temporário são as salas de aulas localizadas em zonas seguras e que devem ser identificadas com antecedência como lugares de abrigos seguros. Contudo, a coordenação com o sector de educação é de extrema importância para evitar a paralisação das aulas.

As estimativas de necessidades para o período em análise foram calculadas para cerca de **32 mil famílias**, entre os que poderão ficar afectados pelos eventos do Cenário II e eventuais deslocados que

ainda possam necessitar desse apoio. A componente de abrigo regista um **défice de cerca de 3 mil tendas** multiuso, 4 mil kits de ferramenta, 9 lonas familiares, entre outros - Ver tabela 11

Tabela 11: Tabela de abrigo

Resumo - Abrigo (32222 famílias)				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Tendas Comunitarias	242	359	55	-
Tendas Multi Uso	3 222	15	-	(3 207)
Tendas Familiares	4 833	3 148	4 000	-
Kits de Abrigo	9 667	6 115	4 000	-
Kits de Ferramenta	17 722	10 568	3 000	(4 154)
Lonas Familiares 4x6m	35 444	10 510	50 000	-
Lonas Familiares 7x12m	403	661	-	-
Lonas Comunitárias 12x50 m	81	72	-	(9)
Rolos Plastico 1x50 m	115 999	139 030	4 000	-

Para colmatar o défice identificado, o FGC esta em processo de aquisição dos materiais abaixo arrolados

Tabela 12: Aquisicoes em pipeline

Resumo - Aquisições em pipeline		
Item	Quantidades	Valor estimado
Tendas Familiares	4 000	200 000 000
Kits de Abrigo e Acomodacao	4 000	11 400 000
Rolos plásticos (1x50m)	4 000	14 560 000
Kits de Ferramentas	3 000	5 400 000
Lonas de 4x6m	50 000	50 000 000
Tendas Comunitarias	55	6 050 000
Total		287 410 000

6.4. Água e Saneamento

De acordo com as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2022/23, o sector de Abastecimento de Água e Saneamento, prevê assistir cerca de 74 mil famílias necessitadas, em centros de acomodação temporária e ou de trânsito provendo condições básicas de acesso água em quantidade e qualidade necessária e serviços de saneamento básico (latrinas/sanitários - lajes plásticas) e outros materiais indicados na tabela n° 13

Tabela 13: Água e saneamento

Resumo - Água e Saneamento (74548 famílias)				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Tanques Flexíveis 5000 l	750	31	1 546	-
Tanques Flexíveis 500 l	167	21	-	(146)
Tanques Rígidos	8	20	-	-
Estação de Tratamento de Água (ETA)	22	-	-	(22)
Kits de Teste Rápido	110	131	-	-
Baldes Plásticos	41 687	25 980	30 000	-
Jerricans	83 374	6 648	40 000	(36 726)
Certeza (Frascos 150ml)	41 687	150 262	-	-
Certeza (caixas)	-	-	-	-
Cloro em pacotes/kg	41 687	4 371	242 077	-
Lajes	8 215	187 464	1 200	-
Kit de Latrina	8 215	-	-	(8 215)
Rolos Plástico 2x12 m	9 858	2 893	-	(6 965)
Rolos Plástico 4x50 m	39 433	-	-	(39 433)
Sabão	131 049	128	-	(130 921)
Detergente em Po (Pacotes)	99	299	-	-
Pás	8 215	37 600	-	-
Enxadas	8 215	143	-	(8 072)
Catanas	9 858	806	-	(9 052)

Para colmatar o défice identificado, o FGC está em processo de aquisição dos materiais abaixo arrolados

Tabela 14: Aquisições em pipeline de água e saneamento

Resumo - Aquisições em pipeline		
Item	Quantidades	Valor estimado
Tanques Flexíveis 5000 l	1 546	120 000
Lajes Plásticas	1 200	2 100 000
Jerricans 20 Litros	40 000	4 000 000
Cloro em pacotes/kg	242 077	4 841 540
Baldes Plásticos	10 000	2 000 000
Aquisição de Acessórios para a Reparação de Furos de		2 500 000

6.5. Utensílios Domésticos

Na componente de utensílios domésticos para apoio às famílias mais necessitadas e alojadas nos Centros de acomodação, foram arroladas as necessidades e disponibilidades tendo sido registados défices nas componentes de redes mosquiteiras, mantas, kits de dignidade, e outros, conforme a tabela 15

Tabela 15: Utensílios domésticos

Resumo - Utensílios domésticos (32222 famílias)				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Kits de Cozinha	32 222	11 145	-	(21 077)
Kits de Higiene	32 222	8 056	-	(24 166)
Pasta Dentífrica	3 222	1 872	-	(1 350)
Kits de dignidade	19 333	6 595	2 500	(10 238)
Kit familiar	25 778	1 155	-	(24 623)
Mantas	38 666	12 438	5 000	(21 228)
Esteiras	38 666	13 557	-	(25 109)
Colchoes	3 222	299	-	(2 923)
Redes Mosquiteiras	96 666	-	-	(96 666)
Roupa em sacos	2 578	2 291	-	(287)
Copos Plásticos	6 444	6 873	-	-
Pratos Plásticos	6 444	1 996	-	(4 448)
Panelas Comunitarias	129	33	-	(96)
Bacias Plásticas	81	313	-	-

Para colmatar o défice identificado, o FGC esta em processo de aquisição dos materiais abaixo arrolados

Tabela 16: tabela resumo de bens de protecção e dignidade

Resumo - Aquisições em pipeline		
Item	Quantidades	Valor estimado
Mantas	5000	7 500 000
Kits de Dignidade	2500	3 750 000

6.6. Educação

Em caso de cheias e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aula privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aula (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com eventos de cheias, ciclones e ventos. Por forma a garantir a continuidade das aulas em zonas afectadas por estes eventos, normalmente são necessárias, tendas escola, material para os alunos, professores e equipamentos escolar.

O Sector planificou assistir pelo menos 1 milhão de crianças em idade escolar. Segundo a tabela abaixo, há uma disponibilidade significativa de tendas escola e kits dos alunos, mas por outro lado observa-se um défice em kits de professor, kit escolar, quadros portátil e lonas para cobertura.

Tabela 17: Sector de Educação

Resumo - Educação (1656964 alunos)				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Tendas Escola	7 788	42	-	(7 746)
Kit de Alunos	1 259 293	20 510	-	(1 238 783)
Kit de Professores	24 854	176	-	(24 678)
Kit Escola	21 541	154	-	(21 387)
Kit de Desenvolvimento da 1a Infancia	99	100	-	-
Quadros Portatil	5 799	176	-	(5 623)
Lona 5x60 m	1 574	28	-	(1 546)
Lona p Cobertura	8 451	1 244	-	(7 207)

6.7. Apoio Psico-Social

O Sector da Mulher género Criança e Acção Social planificou prestar assistência psicossocial a cerca de 940 mil crianças que possam ser afectadas pelas intempéries prevista na presente época chuvosa bem como ao nível das famílias deslocadas que estejam em centros de acomodação ou Bairros de Reassentamento.

Assim, foi identificada uma necessidade de cerca de mil Kits de recreação, dos quais mais de metade estão disponíveis e sob gestão dos parceiros de cooperação.

Tabela 18: Apoio Psico social

Resumo - Apoio psicossocial e protecção (940866 crianças)				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défice
Recreacao	9	4	-	(5)
Kits de recreação	5 880	136	-	(5 744)

6.8. Agricultura

O MADER, estima em cerca de 570 mil toneladas de semente diversa necessária para colmatar eventuais perdas de culturas devido a ocorrência de seca, cheias e ciclones Ver tabela 19.

Tabela 19: Agricultura

Resumo - Agricultura				
Item	Quantidades em unidades			
	Total necessário	Disponível	Aquisições em curso	Défi ce
Semente de Milho em Kg	39 816	7 500	7 500	(24 816)
Semente de Mapira Kg	4 778	-	3 000	(1 778)
Semente de Arroz em Kg	212	-	-	(212)
Semente de Feijao nhemba em Kg	23 889	6 140	9 000	(8 749)
Semente de Couve em Kg	133	250	53	-
Semente de cebola em Kg	133	250	48	-
Semente de Alface em Kg	133	250	93	-
Semente de Tomate em Kg	133	250	35	-
Semente de Melancia em Kg	80	-	51	(29)
Semente de Abobora em Kg	80	-	42	(38)
Rama de Batata Doce em Kg	3 982	600	100	(3 282)
Estacas de Mandioqueira m3	212 350	30 000	41 500	(140 850)
Semente de Arrendoim em Kg	18 581	6 000	6 000	(6 581)
Insumos Agrícolas	2 654	150	600	(1 904)
Enxadas	43 903	930	-	(42 973)
Pulverizadores	43 903	655	-	(43 248)
Catanas	87 807	720	-	(87 087)
Machados	87 807	100	-	(87 707)

Para colmatar parte do défi ce identificado, o FGC está em processo de aquisição de diversos insumos agrícolas, conforme a tabela 20.

Tabela 20: Aquisicao em pipeline de insumos agricolas

Resumo - Aquisições em pipeline		
Item	Quantidades	Valor estimado
Sementes diversas	25 822	6 880 271,00
Semente de Rama da Batata-Doce	100	100 000,00
Semente de Estaca de Mandioqueira	41 500	3 610 500,00
kits de insumo agricola	600	3 000 000,00
Aquisição de 3.000 kit de emergencia (ração de reserva).		
Aquisição de 30 Kit de vacinas		
Aquisição de 500 kit de drogas (carracecida)		

6.9. Materiais Necessários e disponíveis no Sector da Saúde

A tabela abaixo apresenta os materiais necessários para fazer face a resposta no sector da saúde, nas componentes de Material e equipamento médico, suplementos alimentares e despesas com pessoal. Os materiais de saúde destinam-se a provisão de serviços de saúde aos afectados pelas ameaças identificadas neste plano.

6.10. Recursos Humanos

O sistema de Gestão e Redução do Risco de Desastres no País conta com uma estrutura Desde o nível de base até ao nível central e que pode ser mobilizada, com a seguinte estrutura:

- a. O CCGD é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais.
- b. O CTGD é dirigido pelo Presidente do INGC e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do CCGD.
- c. A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência humanitária.
- d. O CENOE é uma estrutura de coordenação multissetorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres.
- e. A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial.
- f. Ao nível das comunidades mais vulneráveis existem em prontidão Comitês Locais de Gestão do Risco de Desastres que dinamizam as actividades de prontidão, resposta e recuperação junto da comunidade.

A tabela 22 apresenta o número de membros de cada órgão acima descrito

Tabela 21: Recursos Humanos disponíveis em caso de emergência

Local	CCGC	CTGC	COE	Regiões do INGD	UNAPROC (incluindo Desdobramento por Regiões)	Equipa Humanitária Nacional	Total
Nível central	17	14	28				59
Maputo Cidade		57					57
Maputo Província		27	54				81
Gaza		27	54				81
Inhambane		27	54				81
Sofala		27	54				81
Manica		27	54				81
Tete		27	54				81
Zambezia		27	54				81
Nampula		27	54				81
Niassa		27	54				81
Cabo Delgado		27	54				81
Total	17	341	568	30	925	900	2 781

Os 900 oficiais humanitários provenientes da equipa Humanitária Nacional provêm de 8 Agência das Nações Unidas, 33 Organizações Não-Governamentais Internacionais e 21 Organização Não-Governamentais Nacionais.

7. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS

As bases para o cálculo do orçamento deficitário são:

- As actividades previstas nos períodos de prontidão, resposta e recuperação, sobretudo, aquelas que não coincidem com o curso normal do funcionamento das instituições;
- A necessidade de aquisição de produtos e materiais diversos para cobrir défices arrolados no PC, incluindo a situação prevalecte dos deslocados de guerra;
- A necessidade de cobrir as despesas com a logística, com as operações de busca e salvamento, a gestão de centros de acomodação temporária, o pré-posicionamento de meios, a monitoria permanente dos eventos, para além da operacionalização de todo o sistema de coordenação; e
- A necessidade de cobrir as despesas para assistência aos deslocados causados pelos ataques armados nas zonas norte e centro do país;

7.1 Orçamento por Cenários

O Orçamento do PC está redistribuído por Sectores e por Cenários, conforme a tabela a baixo.

Neste sentido, o Cenário I está orçado em **10.8 mil milhões**, o Cenário II em cerca de **12.5 mil milhões** e o cenário III, Cerca de **16.5 mil milhões**.

Tabela 223: Resumo do Orçamento Global por Cenários (10³ MZN)

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Distritos	41 737	48 684	199 921
SP	2 580	2 580	2 580
INGD	2 140 341	3 166 418	5 075 245
MADER	85 057	96 565	129 957
MOPHRH	2 131 762	2 646 982	4 257 706
MINEDH	51 920	70 585	183 450
MISAU	29 204	44 990	108 613
MGCAS	13 507	16 117	17 726
MITADER	17 383	26 048	28 877
GABINFO/ICS	1 996	3 105	3 209
MTC	13 436	19 338	31 597
MIC	5 588	9 104	10 329
MINT	1 186	34 546	124 767
MDN	3 424	2 491	3 489
MIREME	108 367	124 664	140 785
MMAIP	1 430	1 090	2 022
MICULTUR	1	1 300	1 300
MEF/INE	1 820	36 212	1 800
Sub Total	4 650 739	6 350 819	10 323 372
Deslocados vitimas dos insurgentes	6 128 522	6 128 522	6 128 522
Total Geral	10 779 262	12 479 342	16 451 895

7.2 Orçamento do Cenário II por principais acções a cobrir

A redistribuição do orçamento pelas diferentes acções a serem cobertas indica uma grande necessidade de recursos para a assistência alimentar seguida da necessidade de reposição e vias e pontes através de obras de emergência, para além e necessidades com o abrigo em caso de movimentação de famílias para centros de acomodação temporária.

A tabela 22: Distribuição do orçamento do Cenário II por acções a cobrir

Item	Total necessário Cenário II (10 ³ Mzn)	Responsável
Abriço e socorro	1 028 249.16	INGD
Água e saneamento	506 750.41	MOPHRH
Assistência alimentar	6 990 564.81	INGD
Saúde e higiene	108 613.00	MISAU
Utensílios domésticos	363 648.31	INGD
Estradas	2 600 685.70	MOPHRH
Educação	183 450.00	MINEDH
Apoio psicossocial, protecção e recreação	17 726.00	MGCAS
Agricultura	129 957.00	MADER
Monitoria/Aviso Previo/Logística	201 522.61	INGD/INAM/DNGRH
outros serviços	348 175.00	Demais Sectores
Total	12 479 342.00	

7.2. Orçamento Disponível Para O Plano De Contingência 2021-2022

O valor total disponível para financiar o presente PC, resulta da combinação dos diversos esforços do Governo e parceiros de cooperação, isto é, foram contabilizados os fundos alocados ao FGC na proposta do Orçamento do Estado; a valoração dos materiais e equipamentos arrolados no PC. Assim, o valor disponível operacionalização do presente PC está estimado em cerca de **5.1 mil milhões de metcais**.

Tabela 23: Disponibilidade para a cobertura das necessidades do PC 2022 (10³ MZN)

Fontes de financiamento - PC 2022/2023	Valor disponível (10 ³)
Saldo em Outubro de 2022	0.00
Orçamento Inscrito no OE 2023	326 000.00
Banco Mundial	322 500.00
Valoração dos materiais disponíveis no PC	4 429 790.50
Contribuição do PMA para resposta a seca	46 600.00
Total	5 124 890.50

7.4. Análise do Orçamento adoptado

A análise do Risco inicialmente feita no presente documento induziu a **adopção do Cenário II** como aquele que mais poderá aproximar-se a eventuais acontecimentos. Orçamento Global projectado para responder aos eventos previstos no **Cenário II**, incluindo a Monitoria, Logística, Manuseamento e Transporte de bens para Assistência Humanitária é de cerca **12.5 mil milhões de meticais**.

A sistematização de todos os esforços do Governo e parceiros de cooperação, monetária e em espécie esta avaliada **em cerca de 5.1 mil milhões de meticais**. Assim, o Défice do presente PC é estimado em cerca de **cerca de 7,4 mil milhões de meticais**.

Tabela 24: Orçamento adoptado para o PC, disponível e Défice

Descrição	Orçamento (10 ³ MZN)
Orçamento do Cenário II	12 479 341.72
Recursos Disponíveis	5 124 890.50
Défice	-7 354 451.22

8. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, REVISÃO E MONITORIA

8.1. Conselho Coordenador De Gestão e Redução do Risco de Desastres (CCGRD)

O CCGRD é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais. O CCGRD tem como responsabilidade garantir a coordenação das operações de emergência e a implementação do Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030.

8.2. Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGRD)

O CTGD é dirigido pelo Presidente do INGD e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do CCGRD. O CTGD tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de aviso prévio sobre iminência de desastres de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a

implementação multisectorial dos diversos planos no âmbito da redução da vulnerabilidade e gestão do risco de desastres. Podem ser convidados para o CTGD representantes da HCT e do sector privado.

8.3. Centro Nacional Operativo De Emergência (CENOE)

O CENOE é uma estrutura de coordenação multisectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres. O objectivo do CENOE é implementar acções de prevenção, mitigação e resposta aos desastres, incluindo monitoria dos eventos extremos e gestão das operações de emergência.

O CENOE é coordenado pelo INGD e tem a sua sede em Maputo e representações operacionais em Vilanculos (Inhambane), Caia (Sofala) e Nacala (Nampula). Nas províncias, os Centros Operativos de Emergências (COEs) representam o desdobramento do CENOE.

A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência humanitária.

8.4. Sectores do CENOE: Papeis E Responsabilidades

O CENOE está subdividido em quatro sectores principais: (i) *Planificação e Informação*, liderado pelo Ministério da Economia e Finanças (ii) *Infraestruturas*, liderado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, (iii) *Social*, liderado pelo Ministério da Saúde e (iv) *Comunicação*, liderado pelo Gabinete de Informação. Cabe a cada um dos sectores:

- a) Liderar os respectivos sectores em todo o processo de gestão e redução do risco de desastres;
- b) Elaborar de forma atempada e operacionalizar os planos de respostas;
- c) Assegurar a participação e colaboração activa das contrapartes sectoriais da HCT na coordenação e implementação da resposta;
- d) Partilhar de informação entre os sectores sobre as acções de resposta as emergências;
- e) Realizar avaliações multisectoriais das operações de emergência, assistência humanitária e reconstrução pós-emergência;
- f) Elaborar os relatórios balanços sectoriais pós emergência.

8.5. Complementaridade Das Acções Da Equipe Humanitária Nacional (HCT)

A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente *Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial*.

Estes grupos estão integrados nos quatro sectores do CENOE (Planificação e Informação, Infraestruturas, Social e Comunicação) e estão alinhados com as respectivas contrapartes ministeriais. O alinhamento contribui para redução da duplicação de esforços e de recursos bem como para maximização do uso eficiente dos recursos e a preservação dos direitos e dignidade das populações afectadas e sua participação ao longo de todo o processo de gestão e redução do risco de desastres.

A nível provincial, foi institucionalizado o papel do ponto focal da HCT como uma prática e um mecanismo de coordenação da resposta a este nível. O ponto focal provincial do HCT representa o coordenador da HCT a nível provincial e é responsável por apoiar e facilitar a coordenação com as autoridades do Governo na província através da coordenação sectorial/cluster, incluindo a coordenação com o INGD e entre os actores humanitários para complementar os esforços da resposta a emergência.

A HCT, através dos seus sectores, tem providenciado apoio técnico, material e financeiro de modo a aumentar a capacidade de resposta dos sectores do Governo, observando os padrões internacionais e princípios humanitários que regem a gestão e resposta a situações de emergência.

Na perspectiva de garantir um alinhamento entre as acções planificadas pelo Governo e o apoio dos parceiros de cooperação, foram integrados nos sectores do Governo os meios humanos e materiais existentes bem como o tipo de intervenção a ser efectuada nas fases de *prontidão, resposta e recuperação*.

Organigrama do Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária

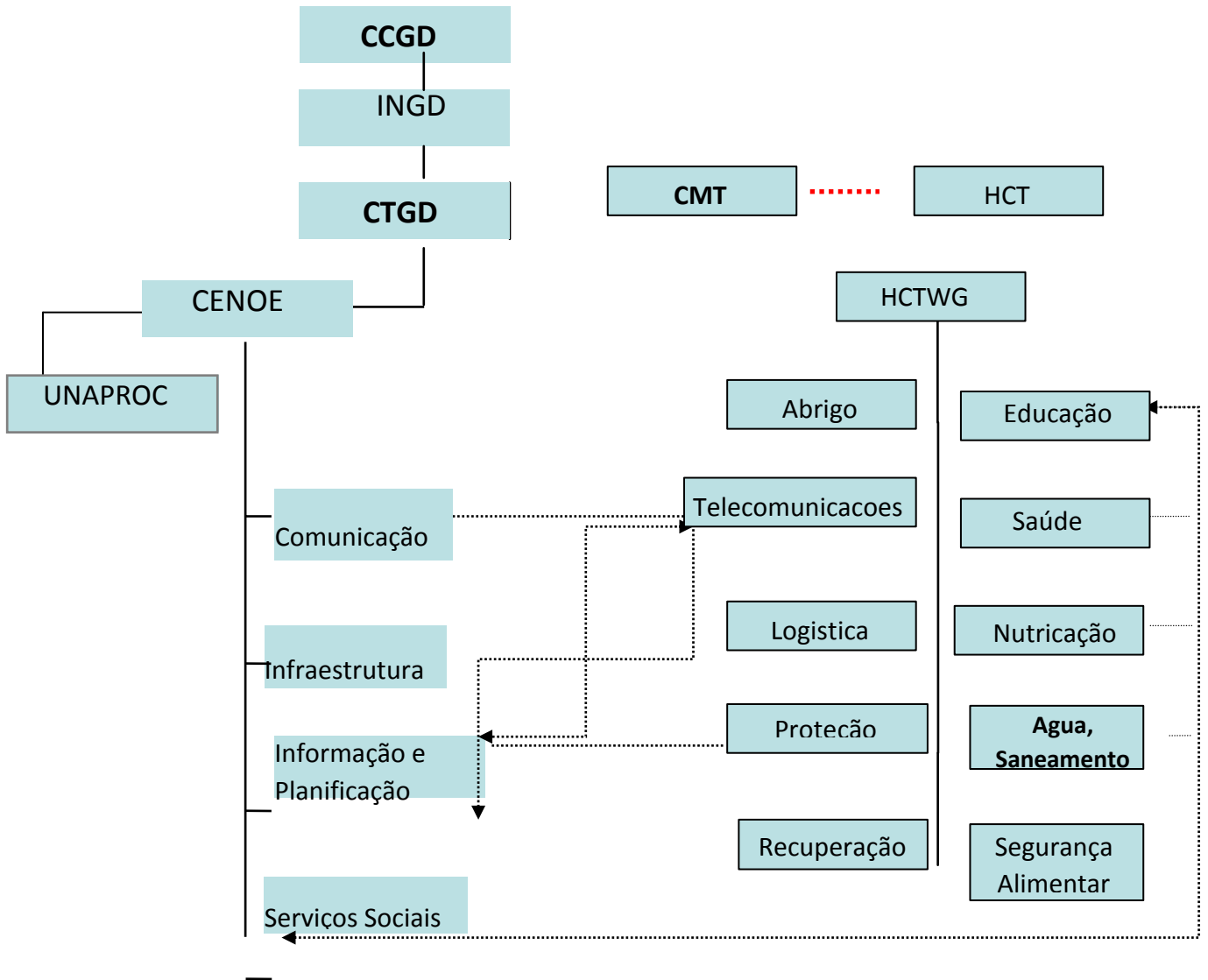


Figura 13: Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária

ANEXO I: ORÇAMENTO POR SECTORES E PROVINCIAS- CENARIO I

Nivel Central			INGD	MADER	MOPHRH	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITA	GABINFO	MTC	MIC	MINT		MDN	MIREME	MMAIP	MCULTUR	MEF	SED	TOTAL	
					DNAAS					ICS	MTC		PRM	Sb-total								
			Sub - total	Sub-total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total	Sub total
			2 103 234	10 262	2 689	42 965	11 678	7 500	4 451	800	5 464	3 930	0	1 186	2 000	104 203	1 430	1	900	2 000	4 417 235	
Nivel Provincial	Distrito	SE	DELEGACOES PROVINCIAIS	AGRICULTURA	DPOPHRH	DUCAÇA	SAÚDE	MULHER	AMBIENT	Delg Prov ICS		DPIC	PRM	Sb-total	FADM	DPRME	DPMAIP	DPCULTUR	DPEF	DPJDM		
Maputo C.	2 264	0	177	2 450	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 890,68
Maputo Prov.	2 000	0	6 549	5 643	2 239	0	2 801	252	755	0	0	0	0	0	1 149	0	0	0	0	0	0	21 389,23
Goza	1 960	0	6 000	200	200	200	200	200	200	200	400	200	200	0	0	200	0	0	200	0	0	10 360,00
Inhambane	4 562	2 580	1 991	9 948	3 997	1 999	1 690	2 512	85	375	685	700	1 184	0	0	1 090	0	0	0	0	0	32 213,33
Sofala	2 992	0	6 989	3 068	2 153	256	1 825	1 025	5 215	341	1 507	117	208	0	0	986	0	0	220	0	0	26 694,73
Manica	2 390	0	5 000	450	400	0	700	0	0	0	1 967	150	0	0	0	0	0	0	300	0	0	11 356,50
Zambezia	6 451	0	4 001	10 250	1 653	2 000	1 355	300	2 100	0	1 902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30 012,46
Tete	4 800	0	500	38 935	1 412	1 600	5 265	468	1 667	0	517	0	523	0	0	738	0	0	0	0	0	55 901,18
Nampula	6 478	0	4 000	2 550	2 900	1 600	1 690	650	2 610	180	295	91	300	0	275	200	0	0	0	0	0	23 519,04
Cabo Delgado	6 690	0	1 300	1 000	319	1 000	1 000	500	200	100	600	400	550	0	0	450	0	0	0	0	0	13 559,25
Niassa	1 150	0	600	300	500	300	1 000	100	100	0	100	0	100	0	0	500	0	0	200	0	0	4 850,00
Sub Total	41 737	2 580	37 107	74 795	15 774	8 955	17 525	6 007	12 932	1 196	7 972	1 658	3 065	0	1 424	4 164	0	0	920	0	0	234 746
Total Geral	41 737	2 580	2 140 341	85 057	2 131 762	51 920	29 204	13 507	17 383	1 996	13 436	5 588	3 065	1 186	3 424	108 367	1 430	1	1 820	2 000	4 651 981	

ANEXO II: ORÇAMENTO POR SECTORES E PROVINCIAS- CENARIO II

Nivel Central			INGD	MADER	MOPHRH	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITA	GABINFO	MTC				MIC	MINT			MDN	MIREME	MMAIP	ICULTU	MEF	SED	TOTAL
					DNAAS						ICS	INAM	MTC	Total		PRM	SENSAP	Sb-total							
			Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total
			3 103 234	35 235	3 585	47 739	17 518	8 500	7 991	910	6 609	2 100	8 709	6 263	0	1 735		0	115 781	290	500	1 200	900	5 896 773	
Nivel Provincial	Distrito	SE	DELEGA COES PROVIN	RICULTU	DPOPHRH	DUCAÇA	SAÚDE	MULHER	AMBIEN	Delg Prov IC	Delg Prov	DPTC	Total	DPIC	PRM	SENSAP	Sb-total	FADM	DPRME	DPMAIP	DPCTESTE	DPEF	DPJDM		
Maputo C.	2 716	0	86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 803	
Maputo Prov.	1 000	0	10 916	9 405	2 065	0	4 668	420	1 259	0	0	0	0	0	0	0	0	1 916	0	0	0	0	0	31 649	
Gaza	2 352	0	1 141	300	300	300	300	300	300	300	300	300	600	300	300	0	300	300	300	300	300	0	0	7 693	
Inhambane	5 474	2 580	25 460	0	11 779	2 209	2 960	1 884	980	375	128	870	998	791	1 184	0	1 184	0	2 098	500	0	0	0	59 144	
Sofala	3 591	0	13 881	7 539	10 605	1 789	3 279	1 295	11 442	495	774	1 133	1 907	132	374	0	374	0	687	0	0	0	100	56 342	
Manica	2 868	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 868	
Zambezia	7 741	0	0	0	1 355	300	2 100	0	0	0	1 902	0	1 902	0	0	0	0	0	0	0	0	34 012	900	46 409	
Tete	5 760	0	500	38 935	1 412	12 600	5 265	468	1 667	0	203	314	517	157	29 988	0	29 988	0	738	0	0	0	0	97 803	
Nampula	7 774	0	1 650	1 100	2 841	2 150	1 850	950	910	625	955	750	1 705	460	300	0	300	275	640	0	500	0	0	24 780	
Cabo Delgado	8 028	0	4 000	3 500	1 200	2 497	3 500	1 800	1 000	400	800	2 000	2 800	1 000	901	0	901	0	2 800	0	0	0	900	33 526	
Niassa	1 380	0	5 550	550	1 000	1 000	3 550	500	500	0	0	200	200	0	1 500	0	1 500	0	1 620	0	0	1 000	0	18 350	
Sub Total	48 684	2 580	63 184	61 330	32 558	22 846	27 472	7 617	18 057	2 195	5 062	5 567	10 629	2 840	34 546	0	34 546	2 491	8 883	800	800	35 012	1 900	381 368	
Total Geral	48 684	2 580	3 166 418	96 565	2 646 982	70 585	44 990	16 117	26 048	3 105	11 671	7 667	19 338	9 104	34 546	1 735	34 546	2 491	124 664	1 090	1 300	36 212	2 800	6 278 141	

ANEXO III: ORÇAMENTO POR SECTORES E PROVINCIAS- CENARIO III

Nivel Central			INGD	MADER	MOPHRH	MINEDH	MISAU	MGCAS	MTA	GABINFC	MTC			MIC	MINT		MDN	MIREME	MMAIP	MICULTUR	MEF	SED	TOTAL
					DNAAS					ICS	INAM	MTC	Sb-total		PRM	Sb-total							
			Sub - total	Sub - total	Sub-total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total	Sub - total
			4 344 527	35 235	4 302	53 043	29 196	10 500	13 578	1 120	18 298	3 500	21 798	7 268	135 652		0	128 646	998	1 300	1 600	0	8 204 574
Nivel Provincial	Distrito	SE		Sub-total	DPOPHRH	DUCACA	SAUDE	MULHER	AMBIEN	elg Prov I	Delg Prov II	DPTC		DPIC	PRM	Sb-total	FADM	DPRME	DPMAIP	DPCTESTP	DPEF		
Maputo C.	10 439	0	85	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10 524
Maputo Prov.	0	0	18 884	16 271	3 573	0	8 076	727	2 178	0	0	0	0	0	0	0	3 214	0	0	0	0	0	52 922
Gaza	1 960	0	6 000	200	200	200	200	200	200	200	200	200	400	200	200	200	0	200	0	0	200	0	10 360
Inhambane	32 412	2 580	14 591	6 235	13 399	2 938	3 923	1 834	1 250	375	767	909	1 676	900	1 184	1 184	0	2 971	0	0	0	0	85 084
Sofala	4 340	0	15 457	5 185	5 829	602	1 483	845	5 185	308	774	533	1 307	160	309	309	0	996	924	0	0	0	42 621
Manica	1 720	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 720
Zambezia	75 650	0	619 000	22 501	556 653	113 933	54 355	424	2 700	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99	0	0	0	1 445 316
Tete	26 739	0	13 000	38 935	617	986	3 529	47	1 767	0	203	314	517	257	31 723	31 723	0	0	0	0	0	0	86 395
Nampula	22 596	0	13 150	1 100	2 100	4 050	1 250	950	910	705	955	950	1 905	543	300	300	275	989	1	0	0	0	50 524
Cabo Delgado	22 555	0	14 100	3 800	1 205	2 698	3 600	1 900	1 110	500	832	2 050	2 882	1 000	90 001	90 001	0	3 000	0	0	0	0	58 350
Niassa	1 510	0	16 450	495	200	5 000	3 000	300	0	0	0	1 112	1 112	0	1 050	1 050	0	3 983	0	0	0	0	32 050
Sub Total	199 921	2 580	730 718	94 722	583 776	130 407	79 416	7 226	15 299	2 089	3 732	6 067	9 799	3 061	124 767	124 767	3 489	12 139	1 024	0	200	0	1 875 867
Total Geral	199 921	2 580	5 075 245	129 957	4 257 706	183 450	108 613	17 726	28 877	3 209	22 030	9 567	31 597	10 329	260 418	124 767	3 489	140 785	2 022	1 300	1 800	0	10 080 441

Anexo 4. Lista de contactos

Lista de contactos para o Plano Anual de Contingências 2022-2023				
Lista de contactos dos Membros do CTGD Central e da Direcções Regionais do INGD				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Luísa Celma Meque	INGD	Presidente	827035320	nandele@yahoo.com
Belém Monteiro	INGD	Vice Presidente	822882835	belemmonteiro@yahoo.com.br
Adérito Aramuge	INAM - MTC	Director Geral INAM, IP	825816940	acelso73@yahoo.com
Maria da Gloria B. Siaca	INAS - MGCAS	Directora Geral do INAS	845950856	glorysiaca@gmail.com
Fárida da Costa	ICS-MTC	Directora Geral do Instituto de Comunicação Social-MTC	844202116/ 820889468	faridacabdula@gmail.com
Paula Santana Afonso	Pescas - IDEPA	Directora Nacional IDEPA-PESCAS	823091540	psafonso.idepa@gmail.com
Elias Xavier Feliz Daudi	INAMI - MIREME	Director Geral Instituto Nacional de Minas (INAMI) - MIREME	823216400	efxdaudi@gmail.com
Calado Ouana	ANE - MOPHRH	Director dos Serviços Centrais de Planificação	823115750	caladoouana@yahoo.com.br
Momed Jutha	MEF	Director Nacional de Planificação e Orçamento	823071668	mpjutha@gmail.com
Raul Muntevuie Junior	DNAAS	Director Nacional de Agua e Saneamento	84500 8128	bombatejunior@gmail.com.
Nilza Paunde	DNDAF - MASA	Directora Nacional DNDAF-MASA	843015439	nilza.joubert@gmail
Messias Macie	DNGRH - MOPHRH	Director Nacional - DNGRH	823106730 /844516575	m.macie@dngrh.gov.mz

Abdul Issufo	SENSAP - MINT	Comandante Nacional do SENSAP	824508100	abalissufo@yahoo.com.br
José Colete Mutepua	MINEDH	Director Nacional de Infraestruturas e Equipamentos Escolares - MINEDH	843982479	jocomu2@yahoo.com.br
Simão Leonardo Chissano	DNCI - MIC	Director Nacional Adjunto da Indústria e Comércio	849469370	wchyssano@gmail.com
Eugénio de Amarante António	Pescas - MIMAI	Director Nacional MIMAI-PESCAS	844043655/ 825783568	eugeniojedroc@yahoo.com.br
Pascoal Bacela	DNE - MIREME	Director Nacional Enregia-MIREME	823108870	pbacela1@gmail.com
António Pacheco Dias Lima	SETSAN/SISAN	Director dos Serviços de Informação SISAN/SETSAN	840284825	pecheco69@yahoo.com.br
Ferosa Zacarias Chauque	FORCOM	Directora Nacional FORCOM	872213780	faridacabdula@gmail.com
Filipe David Carrel Samuel Nguenha	MTA-Direcção de Mudanças Climáticas	Arquitecto e Planificador Físico -MTA	844955022/ 864955020	fnguenha2021@gmail.com
Sofia Santos	DNHU - MOPHRH	Directora Nacional DNHU - MOPHRH	843211903	santos.sofia6@gmail.com
Anibal Fernando	MDN	Director Nacional de Informações de Defesa - Ministério da Defesa	861920920	anibalf1@gmail.com
Ana Nemba Uaiene	MINEC-DOIC	Directora para as Organizações Internacionais e Conferencias (DOIC)-MINEC		
Horácio Parquinio	MTC	Director Nacional das Comunicações	865939090/ 847147786	
Quinhas Fernandes	MISAU	Directora Nacional da	823995140	quinhasf@yahoo.com.br

		Saúde Publica		
Cândido Langa	MICULTUR	Director Nacional do Turismo	846012923	
Elias Wiliamo	Secretaria de Estado de Desporto	Director Geral do Instituto Nacional de Desporto	821804902	eliaswiliamo@yahoo.com
Hélder Boaz Paulo Sueia	CENOE NORTE	Director Regional Norte - INGD	842647164/ 869398520	helsueia@yahoo.com
Lurdes Daniel	CENOE CENTRO	Directora Regional Centro -INGD	824224360/ 847128764	lurdes.leopoldina@gmail.com
Cândido Sinal Mapute	CENOE SUL	Director Regional Sul - INGD	84010 0002	
Lista de contactos Cidade de Maputo				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Vicente Joaquim	Governo da Cidade de Maputo	Secretário do Estado		
Eneas da Conceição Comiche	Município da Cidade de Maputo	Coordenador/Presidente		
Custódia Paulo	Governo da Cidade de Maputo	Chefe do Gabinete da Secretária de Estado	844672361	
Esselina Muzima	Delegação da Cidade de Maputo - INGD	Delegada do INGD Cidade de Maputo	845375942 82 313 7040	emuzima19@gmail.com
Domingas de Sousa	Município da Cidade de Maputo	Vereadora Distrito Municipal KaMaxakeni	846229176	
Lomelino Mario Matavele	Município da Cidade de Maputo	Vereador Distrito Municipal KaMavota	842702218	
Rui Matusse	Município da Cidade de Maputo	Vereador Distrito Municipal KaMubukwana	849527548	
Maria Valente Nhancale	Município da Cidade de Maputo	Vereadora Distrito Municipal KaMFfumo	824958780	
Zeferino Chioco	Município da Cidade de Maputo	Vereador Distrito Municipal Nlhamankulu	849199115	

Alexandre Xavier Muianga	Município da Cidade de Maputo	Vereador Distrito Municipal KaNyaka	846000000	
Celso Fulano	Município da Cidade de Maputo	Vereador Distrito Municipal Catembe	827764860	
Lista de contactos Província de Maputo				
Victóra Diogo	Governo da Província de Maputo	Secretária de Estado da Província		
Rui Manuel Nanlipa	Governo da Província de Maputo	Director do Gabinete do Secretário de Estado	864788880/ 844888880	ruinanlipa45@gmail.com
Amir Abdula	Delegação Provincial do INGD	Delegado Provincial INGD	827851247	Aabdula2001@gmail.com
Administradores Distritais				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Lazaro Manuel Mbambaba	Governo do Distrito	Administrador de Magude	829020760	
Fernanda Moçambique Tonela	Governo do Distrito	Administrador de Manhiça	849282680	
Ahmad Shafee Ismael Sidat	Governo do Distrito	Administrador de Marracuene	843002020	
Teresa Helena Boaventura Mauaie	Governo do Distrito	Administrador de Moamba	844478980	
Juliana Cornélio Nwitu	Governo do Distrito	Administrador de Matutuine	865499785	
Suzete Alberto Dança	Governo do Distrito	Administrador de Namaacha	827826280	
Guilhermina Gaspar Kumaghwelo	Governo do Distrito	Administrador de Boane	845024290	
Cristina Xavier	Governo do Distrito	Administrador do Distrito da Matola	824715940	
Lista de contactos Província de Gaza				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Amosse Júlio Macamo	Governo da Província de Gaza	Secretário de Estado na Província de Gaza		

Samuel António Buanar	Governo da Província de Gaza	Director do Gabinete do Secretário de Estado	823082981/ 849601509	buanarsamuel1@gmail.com
Teixeira C. Almeida	Delegação da Província de Gaza - INGD	Delegado Provincial INGD - Gaza	825475724/ 846589395	almeidateixeira83@gmail.com
Administradores Distritais/Secretario Permanente				
Eceu da Natividade Muianga	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Chókwè	828659290/ 844452422/ 821505979	eceumuianga@yahoo.com.br
Artur Manuel Macamo	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Chongoene	861391253/ 823224300/ 843224300	arturmacamo1@hotmail.com
Esmeralda Aurelio Mutemba	Governo do Distrito	Administradora do Distrito de Massingir	861391253	
Carlos Esteline Mateus Buchili	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Xai-Xai	828417061	buchili@hotmail.com
Matias S Albino Parruque	Governo do Distrito	Administrador de Bilene	826597598/ 843597598	matiasparruque@gmail.com
Cacilda Banze	Governo do Distrito	Administradora do Distrito de Chicualacuala	84/87 5034467	
Jaime Alberto Mugabe	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Guijá	828109710/ 864013100	mugabejames@gmail.com
Sancho Helder James Humbane	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Massangena	872653200/ 842753200	sanchojameshumane@gmail.com
Narciso Nhamohuco	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Mapai	870717601/ 826687240/ 840495489	n.nhamuhuco@gmail.com
Virgilio Andre Mundlanga	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Mandlakazi	828282850/ 855526559	
Maria Fernanda Mocambique Tonela	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Limpopo	827887880/ 849282680	fernanda.tonela@gmail.com
Ifante	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Chigubo	823146020/ 873146020	
Sergio Sional Moiane	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Chibuto	826813620/ 865813620	msergiosional@yahoo.com

Silvia Tavares Ngovene	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Mabalane	871730331	stangovene@gmail.com
Lista de contactos Província de Inhambane				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Ludmila M. R. Maguni	Governo da Província de Inhambane	Secretária de Estado da Província		
Ricardo António Nhacuongue	Governo da Província de Inhambane	Director do Gabinete da Secretaria de Estado	824045480	ricardo.nhacuongue@gmail.com
	Delegação da Província do INGD	Delegado Provincial INGD - Inhambane		
Administradores Distritais				
Fernando Doda Muzobingua	Governo do Distrito	Administrador de Govuro	867578853	
Dulce Eugênia E A. Canhamba Cuna	Governo do Distrito	Administradora de Inhassoro	843136012/ 823887240	
Galiza Matos Junior	Governo do Distrito	Administrador de Vilankulo	843941020	
Carlos Eduardo Mussanhane	Governo do Distrito	Administrador de Mabote	873034394	
Luís Libombo	Governo do Distrito	Administrador de Funhalouro	844027216	
Laurina José Titoce	Governo do Distrito	Administradora Massinga	846670162/827029605	
Moguene Candieiro	Governo do Distrito	Administrador de Morrumbene	843806620	
Azarias Xavier	Governo do Distrito	Administrador de Homoine	823222290	
Ambasse Bachir Anli	Governo do Distrito	Administrador de Panda	869849763	
Elsa Maria da Conceição Tomo	Governo do Distrito	Administradora de Inharrime	840667058/ 863536187	
Dario Felisberto Machava	Governo do Distrito	Administrador de Zavala	828133226/ 878404864	
José Jeremias	Governo do Distrito	Administrador de Jangamo	824867950	

Maria do Ceu B. Cumbana	Governo do Distrito	Administradora de Maxixe	820008666/ 871772557	
Américo Assane Adamugy	Governo do Distrito	Administrador de Inhambane	827099220	
Lista de contactos Província de Sofala				
Nome	Instituição	Função	Contactos	Email
Stela Pinto Zeca	Governo da Província de Inhambane	Secretária de Estado da Província		
Eduardo Macário	Governo da Província de Inhambane	Director do Gabinete do Secretario de Estado	827827702/ 848187540	edmacario64@gmail.com
Aristides Armando	Delegação da Província do INGD	Delegado Provincial do INGD	84 761 0517	aristides.armando@gmail.com
Administradores Distritais				
Nome	Instituição	Função	Contactos	Email
Tomé José	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Chibabava	825796310/ 865862000	tomejosemapossa@gmail.com
João Duarte	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Búzi	826010390/ 861725779	jsaizeduarte@gmail.com
Maria Bernardete Roque	Administradores Distritais	Administradora do Distrito do Dondo	824392770/ 844392771/ 8713149998	mariabernardete02@yahoo.com.br
Adamo A. Osumane	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Nhamatanda	822988670/ 861701910	ossumaneadamo@gmail.com
Henriqueta do Rosário	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Marromeu	824268510/ 842921971	quetadorosario@gamil.com
José Paulo M. Mutaroma	Administradores Distritais	Administrador do Distrito da Beira	827727914/ 860602618	josemavume14@gmail.com
Paulo Lucas Quembo	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Chemba	849263011/ 861727430	pquemboraposo@gmail.com
Nobre Roque dos Santos	Administradores	Administrador do Distrito	864674008/ 859190864	nobresantoss@gmail.com

	Distritais	de Caia		
Maria Almija Pulseira	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Maríngue	824674610	nobresantoss@yahoo.com.br
Natália Fernando Chivambo	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Machanga	828962500/ 874233850 /844233851	almijanene@gmail.com
Maria Waite Nhama	Administradores Distritais	Administrador do Distrito de Cheringoma	847179073	natychivambo76@gmail.com
Dortea Hércules Ambrósio	Administradores Distritais	Administradora do Distrito de Muanza	875693013	dorteaambrosio21@gmail.com
Paulo Mussengue	Administradores Distritais	Administrador do Distrito da Gorongosa	861100946/ 848865263	mussenguepedro@gmail.com
Lista de contactos Província de Manica				
Edson Macuacua	Governo da Província de Manica	Secretário do Estado da Província de Manica		
Luís Moyana	Governo da Província de Manica	Director do Gabinete do Secretario do Estado	863835005	
Borges Viagem	Delegação Provincial do INGD	Delegado Provincial do INGD		
Administradores Distritais				
Joana Armando José Guinda	Governo do Distrito	Administradora de Machaze	847779987/ 845135545	
Tomas Razão Miromo	Governo do Distrito	Administrador de Sussundega	866074381/ 822397370	
Fernando Samuel	Governo do Distrito	Administrador de Mossurize	861693997/ 825268727	
Daniel Marques Andissene	Governo do Distrito	Administrador de Chimoio	868928521	
João Pedro Amade	Governo do Distrito	Administrador de Vanduzi	865501075	
Mário Pita Doa	Governo do Distrito	Administrador de Tambara	861011138/ 824345291	
António Dinis	Governo do Distrito	Administrador de Macossa	843892566/ 864127821	
Rosa Cararaza	Governo do Distrito	Administradora de Macate	875140476	
Etelvina Ambasse	Governo do Distrito	Administrador de Gondola	863908444/ 847341539	

David Fraqui	Governo do Distrito	Administrador de Bárue	847580066/ 825205383	
Angelina Maria Nguiraze	Governo do Distrito	Administrador de Guro	865876269/ 844213994	
Noé Lazaro Manzara Roque	Governo do Distrito	Administrador de Manica	849500679/ 828753390/	
Lista de contactos Província de Tete				
Nome	Instituição	Função	Contactos	Email
Elisa Zacarias	Governo da Província de Tete	Secretaria de Estado Provincial	842449863	
Paulo Ivo Cassicai	Gabinete do Secretario de Estado	Director do Gabinete do Secretario de Estado	846223079	naftalodette@yahoo.com.br
Teresa Jeque	Delegação Provincial do INGD	Delegada Provincial do INGD	845136911	nchuze@gmail.com
Administradores dos Distritos				
Raimundo Bruno	Governo do Distrito	Administrador do Distrito de Angónia	840144333	
Carlos Gabriel Matimbe	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Cahora Bassa	876533648	
Ana M. Beressone Marcelino	Governo do Distrito	Administradora do Distrito Changara	848148510/ 825994690	
Helena Zebedias M. Bene	Governo do Distrito	Administradora do Distrito Chifunde	869995802/ 825885230/ 843085230	
Henriques Alexandre Mandava	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Dôa	877564962	
Bruno Crescêncio Patreque	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Macanga	844059745/ 822274130/ 860465853	
Titos Vonduane Siteo	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Mágoè	843788062/ 82852890/ 865425739	
Cláudio Hoda	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Marara	848562212	
Mendes Cardoso Cândido	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Marávia	824198840	

Eugénio Pedro Machanga	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Moatize	843795169/ 823176161	
Domingos Superior Macajo	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Mutarara	871139581	
João Gaspar Barroso	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Tete	847426511 / 829975928	
Marcos João Magagula	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Tsangano	870137035/ 824730400	
Lucas Atanásio Muidingue	Governo do Distrito	Administrador do Distrito Zumbo	843012830/ 823890838	
Lista de contactos Província de Zambézia				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Elisa Zacarias	Governo da Província de Zambézia	Secretaria de Estado Provincial		
Rocha Amborete Alfante	Governo da Província de Zambézia	Director do Gabinete do Secretário de Estado	861257215	locasjosejackson@yahoo.co
Nelson Hortencio Ludovico Jossamo	Delegação Provincial do INGD	Delegado Provincial do INGD	843430654/ 828598252/ 850312919	nelsonludovico@yahoo.com.br
Administradores Distritais				
Mariano Alberto Maquinze	Governo do distrito da Zambézia	Administrador do Distrito de Gilé	871771050	mmaquinze61@gmail.com
Joaquim Pahare	Governo do Distrito de Mocuba	Administrador do Distrito de Mocuba	863347600/ 847177350	joaquimpahare@yahoo.com.br
Joao Sebastião Nhambessa	Governo do Distrito de Morrumbala	Administrador do Distrito de Morrumbala	820332700/ 8740332700	nhambessajoao@gmail.com
Anifa Valeriano Gonzaga Mesa	Governo do Distrito de Alto Molocue	Administradora do Distrito de Alto Molocue	863829043/ 848078477	Anifameza77@gmail.com
Eduardo Jaão Vida	Governo do Distrito de Pebane	Administrador do Distrito de Pebane	844117885	ejovida@gmail.com

Carlos Baptista Carneiro	Governo do Distrito de Maganja da Costa	Administrador do Distrito de Maganja da Costa	863215905	ccarneiro01@yahoo.com.br
Elsa Maria F. Barca	Governo do Distrito de Gurue	Administradora do Distrito de Gurue	871823876	Elsa.barca1@gmail.com
Sertório João Mário Fernando	Governo do Distrito de Mocubela	Administrador do Distrito de Mocubela	847040279	sertorio.fernando@yahoo.com
Simplício Andrade	Governo do Distrito de Quelimane	Administrador do Distrito de Quelimane	868906546/ 848906546	simplicioda64@gmail.com
Ester António Malawiha	Governo do Distrito de Molumbo	Administradora do Distrito de Molumbo	862225433/ 849617806	estermalawiha@gmail.com
Roque Armando Mataia	Governo do Distrito de Luabo	Administrador do Distrito de Luabo	860477798/ 845519299	clarinaamado@gmail.com
Moura Xavier	Governo do Distrito de Namacurra	Administradora do Distrito de Namacurra	877119888	mouraxavier23@gmail.com
Chabane Salimo A. Jalilo	Governo do Distrito de Namarroi	Administrador do Distrito de Namarroi	848787353	chabanyjalilo@gmail.com
Judite Filipe Paulino	Governo do Distrito de Lugela	Administradora do Distrito de Lugela	874138774/ 844138774	filipejpaulino@gmail.com
Santiago dos Santos Meque	Governo do Distrito de Milange	Administrador do Distrito de Milange	845205649	smarques008@gmail.com
Artur Muandula	Governo do Distrito de Mopeia	Administrador do Distrito de Mopeia	845219050	arturmuadula@yahoo.com.br
Maria C. Tomas M. Guitombe	Governo do Distrito de Derre	Administradora do Distrito de Derre	828115482	carlotaguitombe@gmail.com
Bernardo Cutane	Governo do Distrito de Inhassunge	Administrador do Distrito de Inhassunge	861234018/ 840271080	cutanebernardo@gmail.com
Adelina Media Tiros	Governo do Distrito de Nicoadala	Administradora do Distrito de Nicoadala	860091077/ 846350732	tadelinamedia@gmail.com
Honorio Vaz	Governo do Distrito de Ile	Administrador do Distrito de Ile	845884005/ 877375456	honoriovaz13@gmail.com
Vidal Samuel Bila	Governo do Distrito de Chinde	Administrador do Distrito de Chinde	828997650	vidalsamuelbila@yahoo.com.br

Guilherimina L.F. Machica	Governo do Distrito de Mulevala	Administrador do Distrito de Mulevala	874644410/ 844717000	guilheriminamachica@hotmail.com
Lista de contactos da Província de Nampula				
Nome	Instituição	Função	Contactos	e-mail
Oreste Metty Gondola	Governo da Província	Secretario de Estado Provincial		
Domé Agostinho Tomé Shakushasha	Governo da Província	Director do Gabinete do Secretario de Estado	847598887	
Alberto Armando	Delegação Provincial do INGD	Delegado Provincial INGD	826525910/ 845809007/ 876525920	albearmando@gmail.com
Administradores Distritais				
Alfredo Artur Matata	Governo do Distrito	Administrador de Lalaua	845341651	alfredo.matata@gmail.com
Abacar Chande	Governo do Distrito	Administrador de Moma	849091960/ 864322680	abacarchande755@gmail.com
Rui Chong Saw	Governo do Distrito	Administrador de Mossuril	842211310	ruichong14@gmail.com
Iasalde das Neves A. Ussene	Governo do Distrito	Administrador Ribaua	843280478/ 861358519	iasaldeussene@gmail.com
Emanuel Jose Impissa	Governo do Distrito	Administrador de Mogovolas	846947370	emanuelimpissa@yahoo.com.br
Salvador Talapa	Governo do Distrito	Administrador de Rapale	847797081/ 868851520	salvadortalapa.1@gmail.com
Juma Assane	Governo do Distrito	Administrador de Memba	844020624	jkadria@yahoo.com.br
Orlando Pedro Muaevaro	Governo do Distrito	Administrador Mecuburi	840721069/ 872198690	muaevaro@gmail.com
Rafael Tarcisio	Governo do Distrito	Administrador de Nampula	825300625/ 842591927	rafaelmariotarcisio@gmail.com
Manuel Salimo Amisse Manussa	Governo do Distrito	Administrador de Erati	843014785/ 861278955	manussamsa@gmail.com
Momade Ali	Governo do Distrito	Administrador Ilha de Moçambique	845642828	m.aali28282@gmail.com
Rosa Mario Jeronimo	Governo do Distrito	Administradora de Nacarua	846993126/ 866882501	rosamario32@gmail.com
Regina Paulino	Governo do Distrito	Administrador de Murrupula	840654957/ 826003729	reginapaulino74@gmail.com
Ruquia Saide	Governo do Distrito	Administradora de Liupo	842870411/ 872870411/ 824387500	ruquiasaide22@gmail.com
Abdurremane F. Amade	Governo do Distrito	Administrador de Nela-a-	842155733/	abduremane@live.com

Selemana		Velha	862155733/ 867557948	
Valter Ramos M. Bonifacio	Governo do Distrito	Administrador de Larde	820536070/ 846499976/ 866499977	valterbonifacio04@gmail.com
Cedinha C. V. Estêvão Mpila	Governo do Distrito	Administradora de Muecate	874036170	cedinhacrisanto@gmail.com
Melchoir Focas Situte	Governo do Distrito	Administrador de Meconta	843608394	melchiorfocas84@gmail.com
Ricardo Manuel da C. Batalha	Governo do Distrito	Administrador de Mogincual	846065658/ 872500330	ricardo.batalha@hotmail.com
Bernardo Alide	Governo do Distrito	Administrador de Angoche	826835220/ 840578220	alidebernardo@gmail.com
Araújo Chale Momade	Governo do Distrito	Administrador de Monapo	840572067	a.chale@hotmail.com
Morshido Daúdo Momade	Governo do Distrito	Administradora de Malema	872611555/ 848297785	morshido@yahoo.com.br
Etelvina R. Joaquim Fevereiro	Governo do Distrito	Administradora de Nacala-Porto	844305776/ 861515788	etelvinafevereiro@gmail.com
Lista de contactos da Província de Cabo Delgado				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
António Supeia	Governo da Província de Cabo Delgado	Secretário do Estado da Província	828326960	
Tecla Sispa Momba	Governo da Província de Cabo Delgado	Directora Gabinete do Secretário de Estado Prov.	844865590/ 869399124	tsispa@yahoo.com.br
Elizete da Silva Manuel	Delegação da Província de Cabo Delgado - INGD	Delegada Provincial do INGD - Cabo Delgado	874460200	elizetemanuel@gmail.com
Administradores Distritais				
Edson da Clara Vicente Lino	Governo do Distrito	Administrador Balama	873005050/ 843005050	
Maria Felisbela Félix Lazaro	Governo do Distrito	Administradora Namuno	823361026/ 843015034/ 866602417	
Saíde Aly Chamabene	Governo do Distrito	Administrador Muidumbe	850354300	
Joaquina Nordine Adalberto	Governo do Distrito	Administradora Pemba	823922817/ 872728422	
Bartolomeu A. Baptista Muibo	Governo do Distrito	Administrador Quissanga	820368430/ 862321375	

Lúcia Geraldo Namashulua	Governo do Distrito	Administradora Ancuabe	826869360	
Issa Tarmamade	Governo do Distrito	Administradora do Ibo	827278260/ 847278261	
Matias Constatino	Governo do Distrito	Admnistrador Nangade	878164692/ 848164692	
Isaura Delmina da Conceição Zacarias Maquina	Governo do Distrito	Administradora Montepuez	845023180/ 825023180	
António Valério Nandanga	Governo do Distrito	Administrador Metuge	827592230/ 861387983	
Dinis Issa Mitandi	Governo do Distrito	Administrador Mecúfi	823723960/ 844910946/ 861046320	
Assuede Saribuna Falume	Governo do Distrito	Administrador Mocimboa da Praia	842940211	
Joao Abuchil	Governo do Distrito	Administrador Palma	877656991	
Assamo Omar	Governo do Distrito	Administradora Mueda	861291044/ 845062052	
Tomé Badae	Governo do Distrito	Administrador Macomia	S/N	
Paulo Tiago Lilanda	Governo do Distrito	Administrador Meluco	878971279	
Lista de contactos Província de Niassa				
Nome	Instituição	Função	Contacto	Email
Elina Judite da R. Victor Massengele	Governo da Província do Niassa	Secretaria do Estado da Província do Niassa	870351100	
Dinis Chambuane Vilanculo	Governo da Província do Niassa	Director de Gabinete Secretario de Estado	861662733	vdinischambuane@yahoo.com.br
Friday Taibo João	Delegação Provincial do INGD	Delegado Provincial INGD	844854753	frapson.friday@gmail.com
Administradores Distritais				
Alocre Saide Jaime	Governo do Distrito	Administrador de Lichinga	866378646	alocrejaime@gmail.com
Armindo Alberto Bindo	Governo do Distrito	Administrador de Mecula	870041624	bindochachi@gmail.com
Isabel Fernando Mapapa Jamisse	Governo do Distrito	Administrador de Marrupa	870598190	isabelmapapa@gmail.com
Botelho M.Botelho Chuni	Governo do Distrito	Administrador de Mandimba	824563420	benjamimchuni@gmail.com
David Machimbuko	Governo do Distrito	Administrador de Lago	863663093	davidmachimbuko@gmail.com

Calisto Mussa	Governo do Distrito	Administrador de Mecanhelas	825410127	calistomussa66@gmail.com
João Júlio Manguinji	Governo do Distrito	Administrador de Cuamba	865200582	manguinji@yahoo.com.br
Augusto Luis B.Assique	Governo do Distrito	Administrador de Ngauma	824752140	augustoassique@gmail.com
José Achida Assane	Governo do Distrito	Administrador de Sanga	866553570	assaneachida@yahoo.com.br
Lista de parceiros da equipe humanitária a nível Central				
Nome	Organização/Cluster	Função	Contactos	Email
Sérgio Dinoi	OCHA/Coordenação	Coordenador dos Clusters	868317569	dinoi@unorg
Fernando Hesse	OCHA/Coordenação	Chefe de Escritório de Pemba	858019500	hessef@un.org
Flávio Monjane	OCHA/Coordenação	Ponto focal para INGD	861637899	flavio.monjane@un.org
Abdul Mutualibo	OCHA/Coordenação	Ponto Focal para INGD	870272052	abdul.mutualibo@un.org
Priscila Scalco	CCCM	Coordenador do cluster	873598351	pscalco@iom.int
Lindsay Shearer	Protecção da Criança	Coordenador do cluster	862900677	lshearer@unicef.org
Victoria Nayawara	DTM	Coordenador do cluster	869044581	vnyawara@iom.int
Manuela Muianga	Recuperação pós emergência	Coordenador do cluster	823567880	manuela.muianga@undp.org
Ana Cristina	Educação	Coordenador do cluster	848313209	acazevedo@unicef.org
Pablo Rogriguez	Segurança Alimentar e Meios de Vida	Coordenador do cluster	847364463	pablo.rodriiguez@wfp.org
Giulia Di Porcia Brugnera	VBG	Coordenador do cluster	858014628	diporcia@unfpa.org
Théodore KOLIDJIE YAMDJI	Saúde	Coordenador do cluster	853364465	kolidjiet@who.int
Mohamed Razak	Logística	Coordenador do cluster	857110333	mohamed.razak@wfp.org
Fanceni Balde	Nutrição	Coordenador do cluster	875800016	fbalde@unicef.org
Hugo Reichenber	Protecção	Coordenador do cluster	855406256	reichenb@unhcr.org
Manahil Asif Qureshi	Abrigo	Coordenador do cluster	857379550	mqureshi@iom.int
Francisco Monteiro	Abrigo/NFI	Coordenador do cluster	851849355	Francisco.monteiro@sheltercluster.org
Corrie Kramer	WASH	Coordenador do cluster	842798774	ckramer@unicef.org

GLOSSÁRIO

Assistência humanitária – ajuda prestada às populações afectadas pelos desastres.

Avaliação de risco de desastre - uma abordagem qualitativa ou quantitativa para determinar a natureza e a extensão do risco de desastre, analisando os riscos potenciais e avaliando as condições existentes de exposição e vulnerabilidade que, em conjunto, podem prejudicar as pessoas, a propriedade, os serviços, os meios de subsistência e o ambiente de que dependem.

Calamidade pública - evento anormal provocado por uma catástrofe de grande dimensão, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial de capacidade de resposta do poder público.

Capacidade - combinação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis dentro de uma organização, comunidade ou sociedade para gerir e reduzir o risco de desastres e reforçar a resiliência.

Catástrofe – desastre que, pela sua duração e impacto extraordinários, provoca perturbações na vida das pessoas, no tecido económico e social do país e graves danos ao meio ambiente.

Códigos de construção – conjunto de regulamentos e padrões destinados a regular aspectos de concepção de projectos, construção de infraestruturas para diversos fins e modificações de infraestruturas ou ocupação de solos, sem por em risco vidas humanas e o meio ambiente.

Desastre – grave perturbação do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, causado por um fenómeno de origem natural, tecnológico, biológico, geológico ou da acção humana sobre o meio ambiente.

Emergência – ocorrência súbita ou progressiva de um desastre que afecta pessoas e bens, o meio ambiente e exige medidas urgentes e excepcionais para restabelecer a normalidade.

Emergência complexa -

Epidemia - é a manifestação, em uma colectividade ou região, de um corpo de casos de alguma enfermidade, que excede o número de casos esperados

Eventos extremos - podem ser de origem hidrológicos, geológicos ou geofísicos, meteorológicos e climatológicos, que ocorrem de diversas formas como, enchentes, inundações bruscas, secas prolongadas, queimadas e incêndios florestais, ondas de calor, tufões e tornados.

Gestão de desastre - organização, planificação e gestão de recursos e responsabilidades para lidar com uma emergência.

Gestão do risco de desastres – conjunto de decisões e conhecimentos técnicos, administrativas e operacionais para reduzir os impactos das vulnerabilidade e exposição aos eventos extremos.

Infra-estruturas críticas – instalações, redes e outros activos que asseguram o funcionamento normal de serviços essenciais para uma comunidade ou sociedade.

Mitigação – medidas que visam minimizar o impacto dos eventos extremos sobre uma comunidade ou sociedade.

Mitigação dos efeitos da seca – conjunto de estratégias e medidas visando disponibilizar, racionalizar e utilizar recursos hídricos em ambientes com limitada precipitação ou disponibilidade de fontes de água.

Mudanças climáticas - variação de longo termo das condições meteorológicas médias, causadas pela natureza ou pela actividade humana.

Pandemia - ocorrência epidémica de uma doença transmissível, caracterizada por larga distribuição espacial, atingindo vários países e diversas regiões do planeta.

Perigo - processo, fenómeno ou actividade humana que pode causar perda de vidas, lesões ou outros impactos na saúde, danos à propriedade, interrupções sociais e económicas ou degradação ambiental.

Plano de resposta aos desastres – conjunto de instrumentos, estratégias e decisões operacionais padronizadas e harmonizadas para a gestão e resposta a um evento extremo.

Planos previsionais – estratégias previamente elaboradas para a prevenção, mitigação e gestão e resposta de um evento extremo irreversível.

Preparação - os conhecimentos e capacidades desenvolvidas, a todos os níveis, para gestão e resposta a um evento extremo.

Prevenção – conjunto de medidas padronizadas que visam proteger pessoas e bens em caso de ocorrência de um evento extremo.

Prontidão – é o estado de preparação técnica, material, financeira e humana para mitigar os efeitos dos desastres.

Reconstrução ou recuperação – acções de médio e longo para a restauração sustentável de infra-estruturas.

Redução do risco de desastres - marco conceitual de elementos (normas e procedimentos) que têm a função de minimizar a vulnerabilidade e limitar o impacto adverso de ameaças.

Resiliência - é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos, resistir, absorver, acomodar, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo de forma oportuna e eficiente.

Resposta – conjunto de medidas que visam salvar vidas, garantir saúde e segurança pública e satisfazer as necessidades básicas das pessoas afectadas antes, durante e após a ocorrência de um evento extremo.

Risco – probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas resultantes de interações entre fenómenos de origem natural ou antrópicos e as condições de vulnerabilidade.

Risco de Desastre – potencial perda de vidas, lesões e destruição de bens que possam ocorrer numa comunidade ou sociedade por conta do impacto de um evento extremo.

Seca – redução substancial da disponibilidade de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos devido a escassez ou limitada de precipitação;

Seguro paramétrico – pagamento pré-determinado, para efeitos de compensação, visando a salvaguarda de um bem susceptível de ser afectado por evento extremo.

Sistema de aviso prévio – mecanismo integrado de monitoria, previsão de ameaças e disseminação de medidas preventivas contra eventos extremos.

Socorro – conjunto de medidas imediatas padronizadas para salvar vidas e prestar assistência as vítimas de um evento extremo.

Terrorismo -

Vulnerabilidade – condições determinadas por factores físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade das comunidades ao impacto dos perigos ou da ocorrência de desastres.

Zonas áridas e semiáridas – conjunto de formações naturais complexas e dispersas com escassez de humidade.